



**Ficha Técnica**

Memorando 2003

Edição:

Direcção de Serviços de Planeamento Financeiro e Programação  
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento  
Ministério dos Negócios Estrangeiros

Contacto:

Av. da Liberdade, 192 1º 1250-147 Lisboa

Tel: 213176700

e-mail: [pfp.geral@ipad.mne.gov.pt](mailto:pfp.geral@ipad.mne.gov.pt)

web: [www.ipad.mne.gov.pt](http://www.ipad.mne.gov.pt)

## ***ACRÓNIMOS***

- APAD – Agência Portuguesa de Ajuda ao Desenvolvimento
- APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- BERD – Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento
- CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- CDI – Centro de Desenvolvimento Industrial
- CE – Comissão Europeia
- CIC – Comissão Inter-ministerial para a Cooperação
- CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- CT – Cooperação Técnica
- FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
- GEF – Facilidade para o Ambiente Global
- HIPC - Países Pobres Altamente Endividados
- ICP – Instituto da Cooperação Portuguesa
- MDG – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
- MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano
- NU – Nações Unidas
- ONG – Organizações não-governamentais
- PAC – Programa Anual de Cooperação
- PEOP/PALOP – Países de Expressão Oficial Portuguesa/Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PIC – Programa Indicativo da Cooperação
- PMA – Países Menos Avançados
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- RNB – Rendimento Nacional Bruto
- SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
- UE – União Europeia
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## ÍNDICE GERAL

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO GERAL E ORIENTAÇÕES POLÍTICAS .....</b> | <b>7</b>  |
| ➤ REFORMA DO SISTEMA DA COOPERAÇÃO E PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES .....       | 7         |
| ➤ OBJECTIVOS E PRIORIDADES DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO .....   | 8         |
| <b>2. ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E GESTÃO DA COOPERAÇÃO .....</b>           | <b>9</b>  |
| ➤ ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DA COOPERAÇÃO .....                | 9         |
| ➤ PROGRAMAÇÃO E GESTÃO DA AJUDA .....                                   | 11        |
| ➤ BASE DE DADOS DA COOPERAÇÃO.....                                      | 11        |
| <b>3. VOLUME E EVOLUÇÃO DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO .....</b>   | <b>12</b> |
| ➤ EVOLUÇÃO DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO .....                    | 12        |
| ➤ DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA .....   | 14        |
| ➤ COMPOSIÇÃO E REPARTIÇÃO SECTORIAL DA AJUDA.....                       | 16        |
| <b>4. DISTRIBUIÇÃO E ACTIVIDADES POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO .....</b>     | <b>18</b> |
| ➤ REDUÇÃO DA POBREZA .....  | 18        |
| ➤ DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....   | 18        |
| <i>Educação</i> .....   | 18        |
| <i>Saúde</i> .....  | 19        |
| <i>Boa Governação e Capacidade Institucional</i> .....                  | 20        |
| ➤ AMBIENTE .....  | 21        |
| ➤ ACCÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA .....                                | 21        |
| ➤ PREVENÇÃO, GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....                       | 22        |
| ➤ COOPERAÇÃO REGIONAL.....  | 23        |
| <b>5. COOPERAÇÃO BILATERAL .....</b>                                    | <b>24</b> |
| ➤ ESTRATÉGIA E PRIORIDADES DA COOPERAÇÃO BILATERAL.....                 | 24        |
| ➤ PAÍSES BENEFICIÁRIOS: PEO (PAÍSES DE EXPRESSÃO OFICIAL PORTUGUESA) .  | 25        |
| <i>Timor Leste</i> .....  | 25        |
| <i>Guiné-Bissau</i> .....   | 26        |
| <i>S. Tomé e Príncipe</i> .....   | 28        |
| <i>Moçambique</i> .....   | 30        |
| <i>Angola</i> .....   | 31        |
| <i>Cabo Verde</i> .....   | 33        |
| ➤ COOPERAÇÃO COM OUTROS PAÍSES .....                                    | 35        |
| <i>Trust Fund Reconstrução Afeganistão</i> .....                        | 35        |
| <i>Reconstrução do Iraque</i> .....                                     | 36        |
| <b>6. COOPERAÇÃO MULTILATERAL.....</b>                                  | <b>37</b> |
| ➤ QUADRO GERAL DA AJUDA MULTILATERAL .....                              | 37        |
| ➤ INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS .....                         | 38        |
| ➤ COOPERAÇÃO COMUNITÁRIA .....  | 40        |
| <i>Conselho Assuntos Gerais e Relações Externas (CAGRE)</i> .....       | 41        |
| <i>Outras reuniões</i> .....  | 42        |
| <i>RELAÇÕES UE-ÁFRICA</i> .....   | 42        |

|  |           |
|--|-----------|
| <i>RELAÇÕES UE-ACP</i> .....   | 43        |
| ➤ <i>COOPERAÇÃO MULTILATERAL</i> .....   | 45        |
| <i>Nações Unidas</i> .....   | 45        |
| <i>BANCO MUNDIAL</i> .....   | 46        |
| <i>Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE</i> .....                          | 47        |
| ➤ <i>COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (CPLP)</i> .....               | 48        |
| ➤ <i>CIMEIRA IBERO-AMERICANA</i> .....   | 49        |
| ➤ <i>OUTROS ASSUNTOS</i> .....   | 50        |
| <i>TICAD</i> .....   | 50        |
| <i>MICROCRÉDITO</i> .....  | 50        |
| <i>IIDEA – Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral</i> ..... | 50        |
| <b>7. COOPERAÇÃO TÉCNICA</b> .....   | <b>51</b> |
| ➤ <i>BOLSAS</i> .....  | 51        |
| ➤ <i>COOPERANTES</i> .....   | 53        |
| <b>8. AJUDA HUMANITÁRIA E SOCIEDADE CIVIL</b> .....                                    | <b>54</b> |
| ➤ <i>AJUDA HUMANITÁRIA</i> .....   | 54        |
| ➤ <i>ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS</i> .....   | 55        |
| ➤ <i>COOPERAÇÃO EMPRESARIAL E PARCERIAS</i> .....                                      | 56        |
| ➤ <i>INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA</i> .....                          | 58        |
| <b>9. EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E RESULTADOS DA AJUDA</b> .....                             | <b>59</b> |
| ➤ <i>COORDENAÇÃO DA AJUDA</i> .....  | 59        |
| ➤ <i>COERÊNCIA DAS POLÍTICAS</i> .....   | 60        |
| ➤ <i>DESLIGAMENTO DA AJUDA</i> .....   | 60        |
| ➤ <i>HARMONIZAÇÃO</i> .....  | 61        |
| ➤ <i>AVALIAÇÃO</i> .....   | 61        |

## **ÍNDICE DE QUADROS**

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 Esforço Financeiro Global da Cooperação Portuguesa 2001/2003 .....         | 12 |
| Quadro 2 Ajuda Pública ao Desenvolvimento 2002/2003 .....                           | 13 |
| Quadro 3 APD Bilateral Portuguesa para África- 2002/2003 .....                      | 15 |
| Quadro 4 Distribuição Sectorial da APD Bilateral 2001-2003 .....                    | 17 |
| Quadro 5 Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa-Timor Leste-2003.....   | 26 |
| Quadro 6 Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa-Guiné-Bissau - 2003 ... | 28 |
| Quadro 7 Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa-S.Tomé Príncipe-2003    | 29 |
| Quadro 8 Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa-Moçambique-2003 .....   | 31 |
| Quadro 9 Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa-Angola-2003 .....       | 33 |
| Quadro 10 Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa-Cabo Verde-2003 .....  | 35 |
| Quadro 11 APD Multilateral 2002/2003 .....  | 38 |
| Quadro 12 Distribuição Bolsas Por Grau Académico-2003.....                          | 51 |
| Quadro 13 Investimento Directo de Portugal nos PALOP-2003 .....                     | 57 |
| Quadro 14 Incentivos e Bonificações-2003.....                                       | 57 |

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 Distribuição APD Bilateral por Blocos Regionais 2002/2003 ..... | 23 |
|---|----|

## 1. Enquadramento Estratégico Geral e Orientações Políticas

### ➤ Reforma do sistema da cooperação e principais orientações

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, criado pelo Decreto-Lei n.º 5/2003, de 13 de Janeiro, resultado da fusão do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) com a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD) assumiu em 2003, por essa via, o duplo papel de órgão central de coordenação da política de cooperação para o desenvolvimento e de agente principal de financiamento dessa mesma política.

Na sua função de instrumento central da política de cooperação para o desenvolvimento, o IPAD assumiu, como finalidades principais, num quadro de unidade da representação externa do Estado, melhorar a eficácia da intervenção Portuguesa, assegurando-lhe um maior relevo na política de cooperação e no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

A concentração da cooperação para o desenvolvimento numa única estrutura, dotada de mecanismos de programação, coordenação, financiamento, informação, controlo e avaliação procurou eliminar a dispersão orgânica e funcional que existia entre a formulação, a execução e o financiamento desta componente essencial da política externa portuguesa, que se pretendia mais coerente, mais eficaz e mais consentânea com as necessidades dos países receptores.

Como operador principal da cooperação para o desenvolvimento, o IPAD procurou conceber e pôr em prática a ajuda pública portuguesa, elaborando num novo quadro de acção que teve por referência os documentos estratégicos por país e as respectivas prioridades sectoriais.

No decurso de 2003, ao mesmo tempo que se procurou dar sequência ao conjunto de compromissos e relações anteriores, foram tomadas várias medidas internas no sentido de reforçar a qualidade da cooperação, nomeadamente a nível da instrução dos projectos e de acompanhamento da sua execução, tendo particularmente em vista uma melhor previsão dos riscos, não apenas financeiros, e uma lógica de contribuição para o desenvolvimento durável dos países destinatários da nossa ajuda.

Assim, conforme os princípios enunciados, foi preparado o Plano de Actividades para 2003 que, sob as orientações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em consonância com sugestões recolhidas das Embaixadas portuguesas e dos demais intervenientes públicos e privados da cooperação para o desenvolvimento, pretendeu aplicar de uma forma coerente, eficaz e actualizada um quadro estratégico de cooperação que não só tivesse em conta os interesses nacionais, como a luta contra a pobreza, as desigualdades e a exclusão social nos países em desenvolvimento, como ainda reflectisse a preocupação posta na definição e no enriquecimento de conceitos que permitam uma melhor coordenação de todas as suas actividades e uma harmonização de processos e procedimentos, orientando a sua actuação, ao nível operacional, pelos seguintes objectivos:

- Aumento da eficácia da Ajuda Portuguesa ao Desenvolvimento, através de uma maior coordenação das intervenções bilaterais e multilaterais e de um reforço do acompanhamento das acções no terreno;

- Maximização do aproveitamento dos recursos técnicos e financeiros disponíveis, promovendo uma maior coordenação das intervenções desenvolvidas pelas entidades públicas e por outros agentes nacionais;
- Reforço dos mecanismos de programação financeira da cooperação, nomeadamente através do Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa no Estrangeiro (P5), visando o cumprimento das metas assumidas internacionalmente de dedicar 0,33% do RNB à ajuda pública ao desenvolvimento;
- Apoio à participação da sociedade civil, particularmente das organizações não governamentais para o desenvolvimento e dos agentes individuais de cooperação, na tarefa solidária do progresso das sociedades e economias menos avançadas.

### ➤ **Objectivos e Prioridades da Cooperação para o Desenvolvimento**

Os objectivos gerais da política portuguesa de cooperação para o desenvolvimento estão formulados no Programa do Governo, centrando-se em valores como a procura da paz, a solidariedade, a promoção e consolidação da igualdade social, democracia e direitos humanos. No mundo em que cerca de um quarto da população vive abaixo do limiar da pobreza absoluta, o respeito pela universalidade dos direitos do Homem impõe aos países mais ricos a responsabilidade de adoptar uma política activa de luta pelo desenvolvimento à escala mundial. Portugal partilha esta concepção de responsabilidade e solidariedade internacionais.

O progresso que se pretende alcançar, através da cooperação para o desenvolvimento, deve ser duradouro e equitativo. Por isso, a política portuguesa de cooperação para o desenvolvimento rege-se por princípios de sustentabilidade e equidade na repartição dos benefícios. Deles decorre a rejeição de medidas que prejudiquem o ambiente e a preservação dos recursos naturais ou que agravem as desigualdades económicas e sociais e promovam a criação de sociedades duais. A política de cooperação portuguesa visa, ao invés, a eliminação de todas as formas de discriminação existentes e a promoção da rápida distribuição dos benefícios do desenvolvimento pela população em geral.

No respeito por estes objectivos, a Cooperação Portuguesa tem vindo a racionalizar nos últimos anos as áreas de intervenção, com a identificação dos sectores prioritários de ajuda ao desenvolvimento, de acordo com dois critérios fundamentais.

O primeiro diz respeito às necessidades mais prementes dos países parceiros, claramente identificadas nos documentos orientadores das estratégias de desenvolvimento desses países. Exactamente por serem Países Menos Avançados, na classificação das Nações Unidas, os países parceiros têm múltiplas carências em todos os sectores económicos, sociais e institucionais. Porém, as estratégias de desenvolvimento têm de assentar numa identificação clara de prioridades. Em cada país esta realidade assume contornos diferentes e a Cooperação Portuguesa, através da programação trienal, elabora uma estratégia de intervenção apropriada a cada parceiro que apoia e reforça os esforços das autoridades nacionais.

O segundo critério relaciona-se com a mais-valia específica da Cooperação Portuguesa, num contexto de envolvimento de várias cooperações bilaterais e multilaterais em cada país. Assim, os factores que conferem à Cooperação Portuguesa potencialidades

acrescidas radicam na existência de uma língua comum e nos laços históricos e culturais. O factor linguístico aponta para um ênfase muito acentuada nas áreas da educação e da formação, enquanto que a experiência histórica aponta para a importância de se apoiar o enquadramento institucional, desde o reforço da capacidade do Estado à promoção de condições de governação.

## **2. Organização, Estrutura e Gestão da Cooperação**

### ➤ **Estrutura e organização do sistema da cooperação**

A execução da política de cooperação segue um modelo descentralizado no qual participam departamentos públicos, autónomos ou não, órgãos de soberania, empresas estatais e algumas entidades privadas, como ONGD, Fundações e até empresas que venham a ter apoios financeiros públicos. Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros cabe, essencialmente, a tarefa de conduzir esta política, coordenando a sua execução, através da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (SENEC).

A Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC) é um órgão de apoio do Ministro dos Negócios Estrangeiros com um Secretariado Permanente, órgão técnico que permite um melhor trabalho de acompanhamento, do planeamento e execução descentralizada da política de cooperação. Este secretariado é dirigido pelo Presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento que assim dispõe de um instrumento útil para o desenvolvimento das suas funções de coordenação.

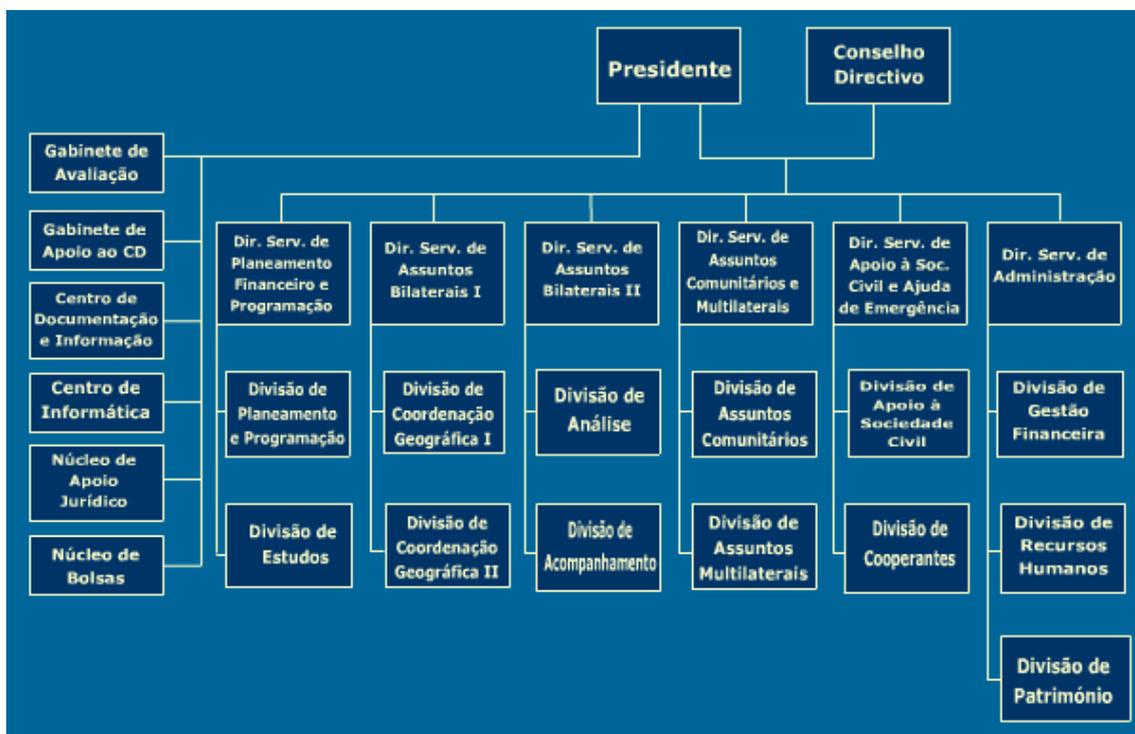
O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, que como já anteriormente dito, veio substituir o Instituto da Cooperação Portuguesa e a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento, é o órgão central da política de cooperação. Dentro desta concepção, competir-lhe-á o planeamento, financiamento, execução e avaliação dos resultados da cooperação desenvolvida bem como a centralização de informação sobre a cooperação promovida por entidades privadas, com ou sem patrocínio público.

Embora o IPAD se apresente como um organismo com novos contornos, a sua acção, em termos temáticos, representa a continuação de uma actividade que vinha sendo desenvolvida no passado. Tendo como referência os objectivos e a estratégia global atrás mencionados, o ano de 2003 foi para a Instituição um período de montagem do novo modelo institucional da cooperação, respondendo tão eficazmente quanto possível às suas exigências e às necessárias readaptações internas dele resultantes.

Deste modo, a intervenção do Instituto exerceu-se em torno dos seguintes objectivos específicos:

- elaboração dos instrumentos programáticos da cooperação
- reformulação dos mecanismos de programação
- reforço da coordenação e acompanhamento das intervenções da cooperação bilateral
- estímulo a uma maior participação da sociedade civil e criação das respectivas condições de enquadramento
- ligação e reforço da participação de Portugal nos organismos multilaterais de apoio ao desenvolvimento
- promoção da visibilidade da Cooperação Portuguesa

## Organograma do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento



O ano de 2003 foi assumido como um ano de transição entre o anterior e o actual modelo de estrutura de cooperação para o desenvolvimento do Estado Português, alteração que, em termos da organização interna dos departamentos, motivou uma reafectação de técnicos e responsabilidades. Desta forma, o IPAD, ao longo do ano, foi progressivamente procurando a definição precisa dos contornos de competências, responsabilidades e valências de cada um dos respectivos departamentos.

Por outro lado, a acção do Instituto Camões, centrada que está na difusão da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro, não se integra exclusivamente na política de cooperação, mas tem com ela contactos significativos, quando estão em causa os países aos quais esta se dirige. Como se disse, a língua comum é um elemento fundamental no âmbito da estratégia da Cooperação Portuguesa em quase todas as suas formas. Assim, todos os contributos para a sua difusão, particularmente nos PEOP, são veículo potenciador da ajuda ao desenvolvimento.

O diálogo com o país receptor envolve também as Embaixadas, que constituem os elementos locais de ligação directa da Cooperação Portuguesa.

Na dependência do chefe da Missão Diplomática respectiva, funcionam as Representações Locais da Cooperação Portuguesa, que são unidades funcionais constituídas por pessoal especializado na área da cooperação para o desenvolvimento, e que têm como finalidade, nomeadamente a coordenação e o acompanhamento local da execução dos Programas e Projectos, devendo igualmente manter contactos regulares com as autoridades dos países beneficiários e com as organizações multilaterais instaladas no terreno.

Estes desempenham um papel importante no ultrapassar das dificuldades sentidas localmente na implementação e execução de uma política coordenada de cooperação, permitindo melhorar e tornar mais eficazes os canais de informação e os métodos de trabalho e assegurar um novo dinamismo na coordenação operacional das acções nos diferentes sectores ligados à Cooperação Portuguesa.

➤ **Programação e Gestão da Ajuda**

A execução da política de cooperação assenta em dois tipos de documentos básicos, os programas indicativos de cooperação a celebrar com cada um dos PEOP, que resultam de uma concertação bilateral em matéria de ajuda ao desenvolvimento para o período de um triénio, e o Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa no Estrangeiro (P5), o qual tem como finalidade a integração exhaustiva de todas as intervenções sectoriais no domínio da cooperação no estrangeiro.

O P5 é construído a partir da iniciativa de cada organismo público em colocar nele os projectos e as acções de cooperação. A sua utilização eficaz para o reforço da cooperação para o desenvolvimento depende largamente da capacidade de coordenação do IPAD.

➤ **Base de Dados da Cooperação**

No contexto dos mecanismos de programação, considerou-se importante continuar o esforço de actualização permanente da Base de Dados da Cooperação Portuguesa (BDGP) que centraliza de uma forma quantitativa e qualitativa a informação disponível sobre a actividade de cooperação exercida pelos órgãos do Estado e outras entidades públicas ou privadas. A BDGP é um instrumento de trabalho imprescindível e fulcral, designadamente para o cumprimento de algumas obrigações funcionais deste Instituto, como as que se referem à elaboração do cálculo do esforço financeiro global da Cooperação Portuguesa e à produção dos estudos e relatórios nacionais e internacionais sobre a matéria. Desenvolveram-se esforços no sentido do melhoramento das suas funcionalidades e do acesso à informação ali contida por parte de um maior leque de utilizadores.

### 3. Volume e Evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento

#### ➤ Evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento

O esforço financeiro global, em 2003, situou-se nos 1.013,07M€ revertendo uma tendência decrescente desde 2000. Este acréscimo deveu-se, sobretudo, à subida nos Fluxos Privados por via do aumento do investimento directo português nos países em desenvolvimento.

**QUADRO 1**  
**ESFORÇO FINANCEIRO GLOBAL DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA 2001/2003**

*(Milhões de Euros)*

|             | APD/RNB * | APD    | EVOLUÇÃO | OUTROS FLUXOS  | FLUXOS   | DONATIVOS | TOTAL           | EVOLUÇÃO |
|-------------|-----------|--------|----------|----------------|----------|-----------|-----------------|----------|
|             | %         |        | %        | SECTOR PÚBLICO | PRIVADOS | DAS ONG   |                 | %        |
| <b>2001</b> | 0,25      | 299,75 | 2%       | -1,18          | 1.677,98 | 5,47      | <b>1.982,04</b> | -60%     |
| <b>2002</b> | 0,27      | 342,30 | 14%      | -1,49          | -158,91  | n d       | <b>181,90</b>   | -91%     |
| <b>2003</b> | 0,22      | 282,87 | -17%     | -1,60          | 728,46   | 3,51      | <b>1.013,07</b> | 457%     |

A APD portuguesa, em 2003, atingiu os 283 M€ situando-se o rácio APD/RNB (rendimento nacional bruto) nos 0,22%.

Em 2003 a taxa de crescimento da APD foi negativa (-17%), face aos 0,27%, em 2002, e aos 0,25%, em 2001, em virtude de um período apertado de controlo do défice público e de consolidação orçamental, derivadas do cumprimento das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Consequentemente, o rácio APD PMA/RNB, também desceu para os 0,12% (0,15%\* em 2002).

A componente bilateral da ajuda registou um peso relativo de 57% (161 M€). Já a componente multilateral atingiu os 43% (121M€) do total da APD. À semelhança dos anos anteriores, a APD bilateral continua a registar um peso superior ao da APD multilateral.

A cooperação técnica (CT) segue a sua tendência histórica, ou seja, assume uma parcela importante no tipo de ajuda fornecida, tendo atingido, em 2003, 78% da APD bilateral, contra os 68%, de 2002. De facto, a CT continua a assumir-se como uma forma privilegiada de cooperação em virtude dos laços históricos e culturais e da matriz institucional e jurídica semelhante entre Portugal e os seus parceiros.

A APD Portuguesa caracteriza-se também por um elevado grau de concessionalidade. Em 2003, 99% da ajuda foi cedida sob a forma de donativos, contra 98%, em 2002.

\*Inclui Timor

**QUADRO 2**  
**AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO 2002/2003**

|   | (Milhares de Euros) |             |                |             |
|---|---------------------|-------------|----------------|-------------|
|   | 2002                | %           | 2003           | %           |
| <b>APD BILATERAL, TOTAL</b>                       | <b>197.443</b>      | <b>100</b>  | <b>161.494</b> | <b>100</b>  |
| ANGOLA  | 15.325              | 7,8         | 17.249         | 10,7        |
| CABO VERDE  | 11.554              | 5,9         | 35.611         | 22,1        |
| GUINÉ-BISSAU                                      | 7.051               | 3,6         | 7.304          | 4,5         |
| MOÇAMBIQUE  | 25.367              | 12,8        | 16.920         | 10,5        |
| SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE                               | 13.806              | 7,0         | 9.856          | 6,1         |
| PALOP **  | 15.193              | 7,7         | 4.280          | 2,7         |
| TIMOR LESTE                                       | 80.485              | 40,8        | 37.781         | 23,4        |
| OUTROS PAÍSES                                     | 28.662              | 14,5        | 32.492         | 20,1        |
| <b>APD MULTILATERAL, TOTAL</b>                    | <b>144.852</b>      | <b>100</b>  | <b>121.379</b> | <b>100</b>  |
| <b>1. NAÇÕES UNIDAS</b>                           | <b>11.489</b>       | <b>7,9</b>  | <b>7.139</b>   | <b>5,9</b>  |
| 1.1. Nações Unidas - Agências, Fundos e Comissões | 11.489              | 7,9         | 7.139          | 5,9         |
| <b>2. COMISSÃO EUROPEIA</b>                       | <b>77.766</b>       | <b>53,7</b> | <b>78.232</b>  | <b>64,5</b> |
| 2.1. Orçamento CE p/ Países em Desenvolvimento    | 64.642              | 44,6        | 60.966         | 50,2        |
| 2.2. FED - Fundo Europeu para o Desenvolvimento   | 13.124              | 9,1         | 17.266         | 14,2        |
| <b>3. FMI, BANCO MUNDIAL E OMC</b>                | <b>7.896</b>        | <b>5,5</b>  | <b>10.185</b>  | <b>8,4</b>  |
| 3.1. Grupo Banco Mundial                          | 7.298               | 5,0         | 9.590          | 7,9         |
| 3.2. Organização Mundial do Comércio              | 598                 | 0,4         | 595            | 0,5         |
| <b>4. BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO</b>     | <b>46.766</b>       | <b>32,3</b> | <b>21.584</b>  | <b>17,8</b> |
| <b>5. OUTRAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS</b>       | <b>935</b>          | <b>0,6</b>  | <b>4.239</b>   | <b>3,5</b>  |
| das quais:  |                     |             |                |             |
| GEF - Global Environment Facility                 | 0                   | 0,0         | 2.134          | 1,8         |
| Protocolo de Montreal                             | 355                 | 0,2         | 1.130          | 0,9         |
| <b>APD TOTAL</b>                                  | <b>342.295</b>      |             | <b>282.873</b> |             |
| Para referência:                                  |                     |             |                |             |
| <i>% APD/RNB</i>                                  | <i>0,27</i>         |             | <i>0,22</i>    |             |

A questão da revisão da metodologia de planeamento financeiro da APD e da sua orçamentação assumiu-se como particularmente relevante tendo em conta o compromisso aceite internacionalmente por Portugal de dedicar, em 2006, uma percentagem mínima de 0,33% do Rendimento Nacional Bruto à Ajuda Pública ao Desenvolvimento. A mobilização financeira adicional que o cumprimento deste objectivo implica mereceu uma análise cuidada, tendo em consideração que muito desse esforço teria origem no Orçamento de Estado e que o país se encontrava a viver uma conjuntura financeira pouco favorável.

Deste forma, verificou-se que, para Portugal poder atingir o mencionado objectivo, as necessidades de acréscimo total da despesa efectiva, até 2006, rondariam entre os 120 e os 150 milhões €, o que representava, a manterem-se os actuais níveis de execução do

orçamento da cooperação e a capacidade de absorção por parte dos nossos países parceiros, um incremento anual no orçamento da cooperação da ordem dos 50 milhões de €

Este aumento, traduzido numa taxa de crescimento anual de cerca de 15%, representará um esforço bastante pesado, pelo que serão desencadeadas medidas que conduzam a uma melhoria nos mecanismos de eficácia da ajuda de modo a elevar o grau de execução das acções programadas e a capacidade de absorção por parte dos países destinatários da ajuda, concentrando-se a despesa nos sectores com maior capacidade de transformar essa despesa em ajuda pública ao desenvolvimento.

➤ **Distribuição Geográfica**

A África sub-sahariana continua a ser uma prioridade no programa de Cooperação, com um peso de 99,5% no total da APD bilateral para África, contra os 99,2% de 2002.

Em 2003, Cabo Verde, assumiu uma posição de liderança, com 35,46% da APD bilateral para África, seguido de Angola com 17,17%, e de Moçambique com 16,85%, contrariando este a posição de destaque que tinha tido em 2002. Este facto, deve-se nomeadamente, à não conclusão das negociações da dívida com Moçambique e da ausência de instrumento de enquadramento da Cooperação com Moçambique para 2003.

Fora do continente africano, Timor-Leste, continua a assumir a posição de liderança entre os principais países parceiros, sendo, desde 1999, o maior beneficiário da ajuda Portuguesa.

**QUADRO 3**  
**APD BILATERAL PORTUGUESA PARA ÁFRICA- 2002/2003**

|                                 | €                  |               |                    |               |
|---------------------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
|                                 | 2002               | %             | 2003               | %             |
| DZA – Argélia                   | 11.215             | 0,01          | 15.900             | 0,02          |
| EGY – Egipto                    | 252                | 0,00          |                    |               |
| EH - Saara Ocidental            | 125.608            | 0,12          | 125.318            | 0,12          |
| MAR – Marrocos                  | 607.767            | 0,59          | 60.473             | 0,06          |
| TUN – Tunísia                   | 76.672             | 0,07          | 18.590             | 0,02          |
| <b>Norte do Saara</b>           | <b>821.514</b>     | <b>0,80</b>   | <b>220.281</b>     | <b>0,22</b>   |
| <b>AO – Angola</b>              | <b>15.324.722</b>  | <b>14,88</b>  | <b>17.249.435</b>  | <b>17,17</b>  |
| BJ – Benim                      | 19.118             | 0,02          | 9.368              | 0,01          |
| CD - República Dem. do Congo    | 4.991.526          | 4,85          | 2.122.924          | 2,11          |
| CI – Camarões                   | 4.725              | 0,00          |                    |               |
| CM - Costa do Marfim            | 87.051             | 0,08          |                    |               |
| <b>CV - Cabo Verde</b>          | <b>11.554.374</b>  | <b>11,22</b>  | <b>35.611.370</b>  | <b>35,46</b>  |
| ET – Etiópia                    | 2.279.194          | 2,21          | 729.546            | 0,73          |
| GA – Gabão                      | 77.327             | 0,08          |                    |               |
| <b>GW - Guiné-Bissau</b>        | <b>7.050.557</b>   | <b>6,84</b>   | <b>7.304.150</b>   | <b>7,27</b>   |
| KE – Quênia                     | 4.518              | 0,00          |                    |               |
| MG – Madagáscar                 | 50.127             | 0,05          |                    |               |
| MR – Mauritânia                 | 256.522            | 0,25          |                    |               |
| <b>MZ – Moçambique</b>          | <b>25.367.370</b>  | <b>24,62</b>  | <b>16.919.767</b>  | <b>16,85</b>  |
| NA – Namíbia                    | 932.620            | 0,91          | 75.667             | 0,08          |
| NE – Niger                      | 3.000              | 0,00          |                    |               |
| <b>PALOP</b>                    | <b>15.193.433</b>  | <b>14,75</b>  | <b>4.280.158</b>   | <b>4,26</b>   |
| RW – Ruanda                     |                    |               | 871.121            | 0,87          |
| SL - Serra Leoa                 | 2.797.261          | 2,72          | 4.667.841          | 4,65          |
| SN – Senegal                    | 234.373            | 0,23          | 3.107              | 0,00          |
| <b>ST - São Tomé e Príncipe</b> | <b>13.805.918</b>  | <b>13,40</b>  | <b>9.856.141</b>   | <b>9,81</b>   |
| ZA - África do Sul              | 2.131.717          | 2,07          | 238.247            | 0,24          |
| ZW – Zimbabwe                   | 30.357             | 0,03          |                    |               |
| <b>Sul do Saara</b>             | <b>102.195.810</b> | <b>99,20</b>  | <b>99.938.842</b>  | <b>99,50</b>  |
| <b>África não especificado</b>  |                    |               | <b>277.467</b>     | <b>0,28</b>   |
| <b>ÁFRICA TOTAL</b>             | <b>103.017.324</b> | <b>100,00</b> | <b>100.436.590</b> | <b>100,00</b> |

África é o continente que conhece hoje as maiores dificuldades no arranque de um processo de desenvolvimento sustentável, que possibilite a integração das suas economias na economia global, facto bem evidenciado pelo baixíssimo índice de participação no comércio e no investimento mundiais.

Compreende-se por isso que, neste contexto, e atendendo às relações históricas e culturais de Portugal com todas as principais regiões do continente sejam estas as zonas de concentração prioritária da Cooperação Portuguesa

Em termos dos países parceiros destinatários da ajuda, a estratégia de intervenção deu continuidade ao princípio da concentração, continuando a incidir prioritariamente nos Países de Expressão Oficial Portuguesa (PEOP).

Tal como fora planeado, de entre os países prioritários da nossa ajuda, em 2003, foi dada atenção especial a **Angola**, a **Timor Leste** e a **Moçambique** através de uma cuidada preparação e negociação dos respectivos Programas Indicativos de Cooperação – PICs, os quais se encontravam assinados ou em fase de assinatura no final do ano.

O desanuviamento da situação política em **Angola** permitiu a criação de condições para o relançamento mais consistente das relações bilaterais entre os dois países e, consequentemente, uma análise conjunta mais articulada sobre a intervenção portuguesa no processo de desenvolvimento daquele país.

Também a continuidade dos níveis de apoio a **Timor Leste** foi assumida de forma determinada, sobretudo tendo em consideração o período que se irá seguir ao final do mandato da UNMISSET, em Junho de 2004.

Dos países de concentração da ajuda portuguesa ao desenvolvimento, **Moçambique** tem vindo a merecer um destaque crescente na atenção por parte da comunidade de doadores, particularmente no que respeita à implementação de novas modalidades de apoio. Nesta perspectiva, a Cooperação Portuguesa procurou, ao longo do ano de 2003, delinear, através de estreitos e frequentes contactos com as autoridades do país, uma atitude estratégica e de posicionamento integrada no modelo de assistência seguido pelas demais cooperações internacionais, circunstância que deverá ter o correspondente reflexo nos documentos de estratégia e programação da cooperação com aquele país.

Nos restantes países alvo da nossa cooperação bilateral foi igualmente dada sequência às actividades constantes dos programas anuais de cooperação, com excepção da **Guiné-Bissau** que continuou a viver uma situação de grande instabilidade política.

#### ➤ Composição e repartição sectorial da ajuda

O principal sector beneficiário da APD Portuguesa continua a ser o das Infra-Estruturas e Serviços Sociais, absorvendo 75% da APD bilateral. As principais razões devem-se ao peso dos vários projectos/programas no sector da Educação (35%), do Governo e da Sociedade Civil (26%) e das Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais (10%).

A incidência nestes sectores resulta dos já referidos laços histórico-linguísticos entre Portugal e os seus países parceiros, que permitem uma proximidade tanto pela língua comum como pela semelhança das estruturas jurídico-administrativas. Decorre ainda da multiplicidade de carências que os países beneficiários, como PMA, apresentam ao nível do desenvolvimento social, carências que a Cooperação Portuguesa visa atenuar.

Por outro lado, é de verificar a tendência decrescente do peso das Acções relacionadas com a Dívida: 2,9% em 2003; 6,3%, em 2002; e os 10,7%, em 2001. Esta inversão gradual vai, inclusive, de encontro às Recomendações do CAD/OCDE para uma diminuição do peso desse sector no programa de Cooperação.

**QUADRO 4**  
**DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL 2001-2003**

MILHARES DE EUROS

| Sectores  | 2001           | %           | 2002           | %           | 2003           | %           |
|---|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| <b>I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>        | <b>114 934</b> | <b>56,1</b> | <b>151 477</b> | <b>76,7</b> | <b>121 099</b> | <b>75,0</b> |
| EDUCAÇÃO  | 34 714         | 17,0        | 38 112         | 19,3        | 55 864         | 34,6        |
| SAÚDE   | 8 070          | 3,9         | 8 437          | 4,3         | 7 120          | 4,4         |
| POLÍTICAS EM MATÉRIA DE POPULAÇÃO/ SAÚDE REPRODUTIVA  | 32             | 0,0         |                | 0,0         |                | 0,0         |
| FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO              | 1 271          | 0,6         | 334            | 0,2         | 126            | 0,1         |
| GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL                             | 51 808         | 25,3        | 80 351         | 40,7        | 41 778         | 25,9        |
| OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS            | 19 041         | 9,3         | 24 242         | 12,3        | 16 210         | 10,0        |
| <b>II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>    | <b>22 941</b>  | <b>11,2</b> | <b>9 145</b>   | <b>4,6</b>  | <b>3 536</b>   | <b>2,2</b>  |
| TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO                            | 4 293          | 2,1         | 4 360          | 2,2         | 1 255          | 0,8         |
| COMUNICAÇÕES  | 3 680          | 1,8         | 907            | 0,5         | 770            | 0,5         |
| ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO                  | 609            | 0,3         | 1 720          | 0,9         | 342            | 0,2         |
| BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS                         | 549            | 0,3         | 886            | 0,4         | 653            | 0,4         |
| NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS                            | 13 811         | 6,7         | 1 273          | 0,6         | 515            | 0,3         |
| <b>III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>                     | <b>8 152</b>   | <b>4,0</b>  | <b>7 235</b>   | <b>3,7</b>  | <b>3 501</b>   | <b>2,2</b>  |
| AGRICULTURA   | 5 722          | 2,8         | 4 759          | 2,4         | 2 452          | 1,5         |
| SILVICULTURA  | 41             | 0,0         | 52             | 0,0         | 125            | 0,1         |
| PESCAS  | 112            | 0,1         | 3              | 0,0         | 15             | 0,0         |
| INDÚSTRIA   | 240            | 0,1         | 142            | 0,1         | 32             | 0,0         |
| INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS                                | 214            | 0,1         | 329            | 0,2         | 350            | 0,2         |
| CONSTRUÇÃO  | 1 262          | 0,6         | 1 146          | 0,6         | 314            | 0,2         |
| COMÉRCIO  | 20             | 0,0         | 9              | 0,0         | 13             | 0,0         |
| TURISMO   | 541            | 0,3         | 794            | 0,4         | 201            | 0,1         |
| <b>IV - MULTISECTORIAL / TRANSVERSAL</b>              | <b>7 771</b>   | <b>3,8</b>  | <b>4 171</b>   | <b>2,1</b>  | <b>13 758</b>  | <b>8,5</b>  |
| <b>TOTAL SECTORIAL</b>                                | <b>153 799</b> | <b>75,1</b> | <b>172 027</b> | <b>87,1</b> | <b>141 895</b> | <b>87,9</b> |
| V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS | 16 234         | 7,9         | 46             | 0,0         | 2 655          | 1,6         |
| VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA                 | 21 871         | 10,7        | 12 341         | 6,3         | 4 672          | 2,9         |
| VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA                             | 2 624          | 1,3         | 1 807          | 0,9         | 1 072          | 0,7         |
| VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES            | 7 316          | 3,6         | 7 417          | 3,8         | 8 829          | 5,5         |
| XIX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS        | 2 298          | 1,1         | 2 930          | 1,5         | 1 358          | 0,8         |
| X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO                     | 553            | 0,3         | 876            | 0,4         | 1 013          | 0,6         |
| <b>TOTAL GERAL:</b>                                   | <b>204 695</b> | <b>100</b>  | <b>197 443</b> | <b>100</b>  | <b>161 494</b> | <b>100</b>  |

Não podemos, no entanto, esquecer o esforço da Cooperação Portuguesa na área das infra-estruturas económicas e da própria actividade produtiva, como sejam, distribuição de água, de energia, transportes e comunicações e, também, a promoção directa de actividades económicas no sector primário, com ênfase para os que visem criar condições de segurança alimentar.

Neste âmbito das infra-estruturas importa evidenciar o papel central do sector da água (entendido como o domínio que engloba a captação, o tratamento e a distribuição de água, bem como a recolha, tratamento e disposição final de águas residuais) como factor decisivo para o desenvolvimento sustentável atentos os respectivos efeitos em termos de

salubridade das populações e de atracção do investimento e de recursos humanos qualificados.

#### **4. Distribuição e Actividades por Áreas de Intervenção**

##### **➤ Redução da Pobreza**

A pobreza extrema em que vivem milhões de mulheres e homens tem um custo social profundo e representa uma perda irreparável no potencial das respectivas sociedades no imediato, porque impede a criação de riqueza e exige gastos sociais a que os orçamentos de cada Estado não podem dar resposta. A redução das profundas desigualdades entre os países desenvolvidos e os países mais pobres tornou-se o desafio mais importante no quadro da Cooperação para o Desenvolvimento.

Esta nova concepção, reflectida na Declaração do Milénio, onde estão identificadas e quantificadas as metas a atingir até 2015, tem sido adoptada pelos Estados e Instituições Multilaterais.

Portugal, atento a esta problemática, tem vindo a desenvolver a sua política de cooperação para o desenvolvimento no respeito pelo cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) definidos pelas Nações Unidas, dando prioridade aos sectores da educação, da saúde e da agricultura, aos quais acrescenta uma actuação transversal na formação e no apoio à capacidade administrativa do país beneficiário.

A Cooperação Portuguesa procurou igualmente estabelecer as parcerias necessárias com os Ministérios homólogos dos países beneficiários envolvidos na cooperação e com as suas Organizações da sociedade civil, de forma a aplicar no terreno as medidas de ajuda à construção do Estado de Direito e à luta contra a pobreza.

##### **➤ Desenvolvimento Social**

#### **Educação<sup>1</sup>**

A educação básica, a alfabetização e o acesso à escolaridade estão na primeira linha de prioridades para a criação de condições para o desenvolvimento económico e social dos países beneficiários da ajuda. Com os principais destinatários da Cooperação Portuguesa, Portugal partilha, como se disse, um meio de comunicação privilegiado - a língua portuguesa - facto que constitui uma mais-valia fundamental da cooperação nesta área.

Assim, no âmbito do Ensino Básico, continuou-se a financiar e a acompanhar a execução, conjuntamente com o Ministério da Educação, dos Programas de Apoio ao Sistema Educativo na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe e em Timor Leste. Deu-se, ainda, continuidade ao apoio à Escola Portuguesa de Díli, a nível do seu funcionamento. Foi, por outro lado, dado início ao processo de concurso para a construção da 2ª fase daquela escola. De referir ainda a reabilitação de escolas em Moçambique.

No âmbito do Ensino Superior, durante o ano de 2003 deu-se continuidade aos projectos de cooperação universitária entre as Faculdades de Direito da Universidade de Coimbra

---

<sup>1</sup> Ver capítulo “Bolsas” relacionado com este tema.

e da Universidade Agostinho Neto e entre as Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa e da Universidade de Bissau e da Universidade Eduardo Mondlane e, ainda, ao Projecto Fundação das Universidades Portuguesas (FUP)/ Universidade Nacional de Timor Leste.

Estes projectos têm por objectivo a consolidação do ensino superior e as suas actividades e centram-se no apoio à docência com a colocação em permanência de professores e ainda com a aquisição e envio de bibliografia.

Foi ainda apoiado o Centro de Ensino à Distância de Díli, que se insere numa rede mais vasta de Centros similares designada por Global Development Learning Network (GDLN), do Banco Mundial, cujo objectivo é disseminar o conhecimento e promover assim a qualificação dos recursos humanos.

### **Saúde**

A cooperação no sector da Saúde continuou a ser desenvolvida em estreita colaboração e articulação com o Ministério da Saúde e com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical. Procurou-se melhorar a eficácia e visibilidade da intervenção neste sector prioritário, através da preparação de acções que visam dar maior ênfase à educação para a saúde, à prevenção da doença, à prestação de cuidados primários, à capacitação local de quadros e técnicos e à melhoria das condições de funcionamento das unidades hospitalares onde a nossa cooperação está presente.

Desta forma, as intervenções desenvolvidas integraram dois dos principais objectivos estratégicos, de acordo com as orientações internacionais de luta contra a pobreza: a promoção dos cuidados de saúde primários; e a luta contra as doenças transmissíveis e as grandes endemias, nomeadamente o HIV/SIDA e a Malária.

Salientam-se, nomeadamente, as seguintes intervenções:

- “Plano de Intervenção em Áreas Prioritárias no Sector da Saúde em Angola”, intervenção centrada designadamente nas novas vertentes relativas à Área das Meningites, ao Tratamento de Resíduos Hospitalares e à formação.
- Conclusão do “Projecto do Centro Hospitalar de S. Tomé e Príncipe”, do qual se destacam as acções de assistência médica diferenciada, a formação em exercício de quadros e pessoal de saúde, o fornecimento de medicamentos e a assistência técnica à gestão hospitalar. Foi também enviado equipamento de endoscopia, ortopedia e otorrinolaringologia.
- Aprovação do financiamento da participação portuguesa para o Projecto Tripartido Portugal/EUA/STP de Controlo da Malária, que abrange as vertentes de Formação de Profissionais de Saúde e de Acompanhamento técnico e científico de uma intervenção piloto”, tendo sido preparado o respectivo Despacho Conjunto para enquadramento do financiamento plurianual. Foi ainda assegurada a participação nas reuniões no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa Portugal/EUA, nomeadamente nas Reuniões da Comissão Bilateral e nas reuniões da Sub-Comissão Científica.
- Início da execução do “Projecto de avaliação da eficácia da vacina da Cólera WC/rBS na Beira – Moçambique” em colaboração com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Gutemberg e a Organização Mundial de Saúde.

- Aprovação do “Projecto de Formação de Pessoal e Manutenção de Instalações e Equipamentos de Saúde em Cabo Verde”, cuja execução é da responsabilidade do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, com o objectivo de prestar assistência técnica e capacitar as instituições de saúde a operar naquele país, nos domínios referidos.
- Aprovação de cofinanciamento e início da execução do “Projecto de Formação Pós-Graduada de Médicos em Bissau”, da responsabilidade do Instituto de Ciências Bio-Médicas de Abel Salazar, nas rubricas relativas à aquisição de reagentes e outro material médico.

### **Boa Governação e Capacidade Institucional**

As estratégias de desenvolvimento económico e social assentam também obrigatoriamente numa estrutura jurídica e administrativa que permita desenvolver em pleno as potencialidades dos recursos humanos e físicos dos países. Assim, a área da governação tem vindo a ganhar especial relevo nas políticas de cooperação, como factor determinante para o desenvolvimento.

Como Portugal e os seus principais parceiros de cooperação partilham uma matriz jurídica e administrativa comum, assume-se como uma estratégia transversal da Cooperação Portuguesa o reforço da capacidade das instituições, apoiado na formação e na assistência técnica, procurando valorizar os recursos humanos. Por outro lado, factores de desenvolvimento social como a protecção social e a promoção do emprego, têm vindo a assumir um destaque crescente no quadro da programação da Cooperação Portuguesa.

Igualmente de referir a preocupação havida em colocar de forma integrada e coerente a intervenção institucional com a que tem vindo a ser protagonizada pela sociedade civil (Fundações, ONGD e outras).

Nesta área realça-se a cooperação desenvolvida com Timor Leste, no quadro da qual se referem: i) o “Projecto de Cooperação na área da Justiça”, que decorre do Programa do PNUD para o sector, que teve como objectivos principais a formação de magistrados timorenses que integrarão os quadros do Centro de Formação Jurídica em Díli e de apoio à produção de legislação; ii) o “Projecto de Assessoria à Delimitação das Fronteiras Marítimas de Timor Leste” com a Austrália e a Indonésia; iii) o “Projecto do Grupo de Estudos de Reconstrução de Timor Leste” cuja intervenção abrangeu as áreas da elaboração e implementação de um sistema de gestão territorial integrado e a resolução de questões emergentes no âmbito do esforço de reconstrução do país.

Por outro lado, foi prestada assessoria ao processo de reforma legislativa e à reestruturação do aparelho judicial de São Tomé e Príncipe.

Continuou a ser feita ao longo do ano, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a selecção de candidatos para missões de Supervisão/Observação Eleitoral no âmbito da União Europeia.

Em 2003 Portugal participou nas eleições da Nigéria (2 LTO’s e 3 STO’s), nas Eleições Parlamentares no Camboja (2 LTO’s e 2 STO’s), nas Eleições no Ruanda (1 LTO e 4 STO’s), nas Eleições de Moçambique (1LTO’s e 2 STO’s) e nas Eleições na Guatemala (1LTO’s e 5 STO’s).

Refere-se ainda que observadores portugueses participaram nos Cursos de Formação para Observadores LTO’s, e Core Team realizados pelo EuropeAid / Needs.

No quadro dos processos eleitorais calendarizados para Moçambique entre 2003 e 2004, abrangendo eleições municipais, parlamentares e presidenciais, foram aprovados dois apoios complementares da Cooperação Portuguesa, um relativo ao Projecto PNUD de Assistência Eleitoral a Moçambique e outro destinado à realização de um seminário promovido pela Associação dos Parlamentos Europeus para África (AWEPA).

➤ **Ambiente**

A questão ambiental, e em particular as questões ambientais decorrentes da problemática das alterações climáticas, não têm constituído, só por si, uma prioridade central inerente à política de cooperação, encontrando-se esta incluída, de alguma forma, em outros sectores de intervenção, tais como a agricultura, as pescas, a indústria, o turismo, entre outros. Nesta política de cooperação para o desenvolvimento tem vindo a ser considerado cada vez mais o envolvimento da temática "ambiente e desenvolvimento", quer no processo de preparação de projectos, quer no apoio a acções nesta área do desenvolvimento.

Ao nível bilateral foram desenvolvidas diversas acções de apoio aos países em desenvolvimento, nomeadamente nos domínios da educação e formação profissional e no apoio à elaboração de legislação na área do ambiente e ainda uma série de projectos relacionados com Energia/Ambiente, essencialmente no âmbito da eficiência energética e energias renováveis, e que estão relacionados, directa ou indirectamente, com a problemática das alterações climáticas no âmbito da mitigação e adaptação.

De entre os países em desenvolvimento, os países africanos de língua oficial portuguesa têm sido os principais receptores do apoio por parte de Portugal, sendo uma prioridade comum à administração central e à comunidade científica/universitária, podendo esta ser um valioso parceiro na transferência de conhecimentos e tecnologias, sendo alguns dos projectos cofinanciados por entidades públicas e privadas e ainda pela União Europeia.

Quanto à cooperação multilateral para os aspectos ambientais de desenvolvimento, Portugal tem contribuído para as diferentes Instituições Financeiras Internacionais e Instituições do Sistema das Nações Unidas para apoio aos países menos desenvolvidos. Em 2003, Portugal contribuiu para o Global Environment Facility (GEF) com \$3,21 M.

➤ **Accções Relacionadas com a Dívida**

A política geral de Portugal no tratamento da dívida tem consistido na realização de operações de reestruturação no quadro do Clube de Paris, ou bilateralmente, em condições ditadas em função do nível de rendimento e endividamento dos países devedores.

Para os países de baixo rendimento altamente endividados (HIPC), Portugal tem considerado, para além dos reescalamentos em condições altamente favoráveis, apoios adicionais à redução da dívida, tais como esquemas de conversão em investimento ou em ajuda, salvaguardadas as implicações de ordem orçamental e monetária nos países devedores. Para além disso, tem ainda considerado o perdão da dívida (para além dos padrões mínimos estabelecidos no Clube de Paris) e a concessão de apoios para pagamento da dívida multilateral.

De entre os dois esquemas de conversão mencionados, Portugal tem utilizado preferencialmente a aplicação da dívida em investimento, face à multiplicação dos seus

efeitos, os quais, não se esgotando na redução do *gap* da Balança de Pagamentos, têm um reflexo directo no desenvolvimento económico do país, através do reforço do seu sector privado.

No decurso do ano 2003, é de destacar a continuidade do acordo de cooperação monetária e cambial com Cabo Verde, o qual contempla a concessão de uma facilidade de crédito anual até ao montante de 45 M€, destinada ao financiamento de importações e ao pagamento da dívida externa, a ser utilizada em situações de quebra nas reservas externas, funcionando assim como uma garantia complementar da convertibilidade da moeda cabo-verdiana.

### ➤ **Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos**

As iniciativas na área da prevenção, gestão e resolução de conflitos têm vindo a ganhar terreno nas estratégias de cooperação dos países doadores. Há hoje um compromisso, entre agências doadoras, no sentido de orientarem a sua ajuda para a construção da paz, principal objectivo quando lidam com situações de conflito. Trata-se de um desafio que implica, desde logo, um trabalho contínuo entre os vários parceiros antes, durante e depois do conflito.

Ao responder a este desafio, as agências têm vindo a assumir os riscos derivados do facto de se envolverem numa área profundamente política e sensível. Isto porque, em termos genéricos, a prevenção, a gestão e a resolução de conflitos são conceitos que implicam um conjunto de interpretações, nomeadamente no que respeita ao apuramento sobre se o desenvolvimento é, de facto, o principal objectivo de determinadas formas de ajuda. Sobretudo também, porque os conceitos envolvidos, muitos deles até aqui tidos como essencialmente militares, englobam hoje uma conceptualização que ultrapassa a defesa do território e da soberania passando a incluir a segurança e o bem-estar das populações e a manutenção da paz, apoiada num desenvolvimento sustentável.

Entendendo que o reforço do Estado de Direito e da Sociedade Civil, da eficácia e transparência da acção governativa é fundamental para o funcionamento das instituições democráticas, a Cooperação Portuguesa tem vindo a desenvolver projectos nas áreas da reforma, da reestruturação e do redimensionamento das forças armadas dos PALOP para o reforço da sua segurança interna e estabilidade, através da formação de Forças Armadas apartidárias, subordinadas ao poder político e inseridas no quadro próprio dos regimes democráticos. Estas acções correlacionam-se aos sistemas judiciais, do sector da segurança e da administração pública, sobretudo ao nível da formação, bem como no âmbito da desmobilização, reinserção e apoio ao desempenho de missões de interesse público.

A Cooperação Portuguesa tem vindo a realçar a relação entre a prevenção de conflitos e os esforços de redução da pobreza, considerando esta a causa e a consequência daqueles. Considera ainda importante o reforço dos mecanismos para o desenvolvimento das acções tendentes à prevenção e gestão dos conflitos.

Portugal considera a insegurança como um importante factor destabilizador para as estruturas políticas democraticamente eleitas. Neste sentido, a Cooperação Técnico-Militar Portuguesa (CTM) tem contribuído para a tomada de medidas positivas no sentido da prevenção de conflitos, para o fortalecimento do sistema democrático e, em última análise, para a criação de uma atmosfera favorável/estável ao investimento e ao crescimento económico sustentável. Para além disso, há a salientar os benefícios para a sociedade civil inerentes a alguns projectos, sobretudo por se destinarem a países menos

avançados cuja sociedade civil revela carências aos mais variados níveis. A formação técnico-científica, mesmo que seja pela via militar, bem como o reforço das capacidades das Forças Armadas dos PALOP no desempenho de missões de interesse público (fiscalização das pescas, combate à poluição marítima, etc.), contribuem para colmatar algumas destas lacunas.

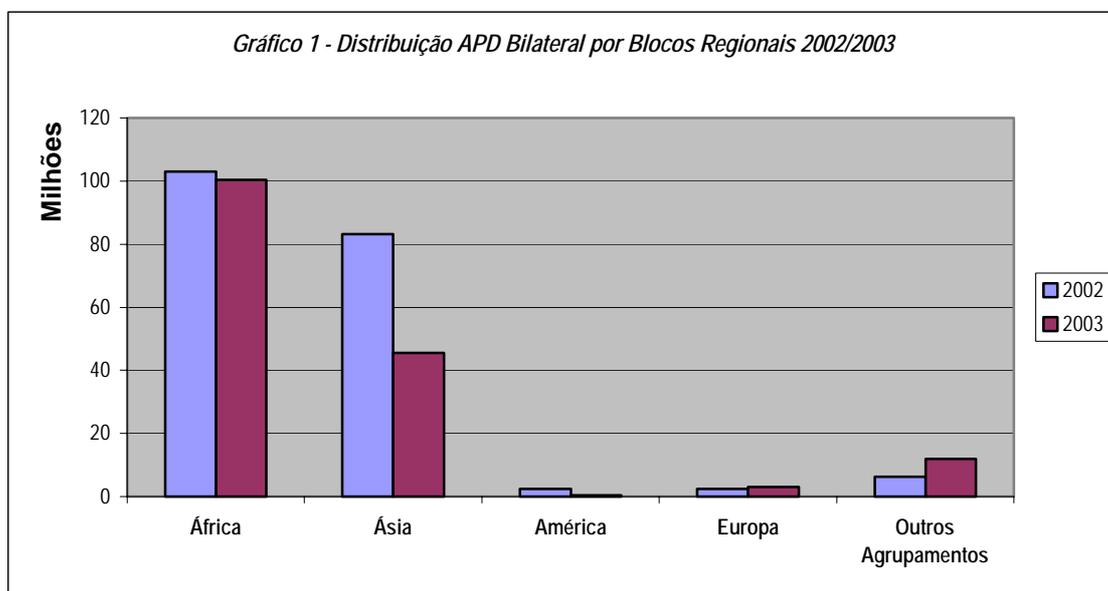
### ➤ Cooperação Regional

Como se disse, África é o continente que conhece hoje as maiores dificuldades no arranque de um processo de desenvolvimento sustentável, que possibilite a integração das suas economias na economia global, facto bem evidenciado pelo baixíssimo índice de participação no comércio e no investimento mundiais.

Compreende-se por isso que, neste contexto, e atendendo às relações históricas e culturais de Portugal com todas as principais regiões do Continente sejam estas as zonas de concentração prioritária da Cooperação Portuguesa muito especialmente os PALOP. Neste sentido a Cooperação Portuguesa privilegia a dinâmica de integração regional que aqueles países hoje conhecem, intensificando as suas relações com os países membros das respectivas organizações regionais na África.

Desta forma, o Continente africano continua a ser a região de eleição da Cooperação Portuguesa. Seguindo a tendência de concentração regional dos anos anteriores, o Continente africano absorveu, em 2003, cerca de 62% da APD bilateral (52% em 2002).

Apesar de Timor Leste se ter tornado o principal beneficiário, a partir de 1999, atribuindo um maior peso, por essa via, ao Continente asiático, a região africana permanece como bloco regional prioritário.



Assim, Portugal prosseguiu o seu apoio no âmbito do processo de reestruturação do sector da Energia da SADC – *Southern African Development Community*, o qual ascendeu em 2003 aos €227 mil.

## 5. Cooperação Bilateral

### ➤ Estratégia e prioridades da cooperação bilateral

No decurso do ano de 2003, o IPAD deu início à reformulação dos instrumentos programáticos da cooperação com os países parceiros, especialmente com Angola, Timor Leste e Moçambique, tendo sido preparados os respectivos Programas Indicativos de Cooperação para o triénio de 2004 a 2006.

Esta reformulação atendeu, prioritariamente, à revisão das metodologias de preparação desses instrumentos, privilegiando a adequação das estratégias de intervenção aos objectivos e prioridades de desenvolvimento dos países parceiros (expressos em documentos nacionais de combate à pobreza como o caso do PARPA, em Moçambique, o da Estratégia Interina para a Redução da Pobreza, em Angola e o Plano de Desenvolvimento Nacional em Timor Leste) e à escolha das modalidades de apoio que melhor se adequassem à situação específica de cada um dos países, tendo sempre presente o objectivo global de redução da pobreza e a promoção de igualdade de oportunidades.

Na concretização desta tarefa foram aproveitadas não só as sinergias existentes entre as várias valências departamentais do IPAD, como também entre estas e os organismos sectoriais responsáveis pela execução da cooperação (Educação, Saúde, Segurança Social e Trabalho, e Finanças), bem como com as representações diplomáticas portuguesas nos países parceiros e as estruturas de apoio à cooperação nelas existentes.

Neste contexto, foram lançadas iniciativas junto das autoridades de Angola, de Timor Leste e de Moçambique, devidamente enquadradas no plano político pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, no sentido de serem realizadas, até ao final de 2003, negociações conducentes à assinatura dos respectivos Programas Indicativos de Cooperação para o período 2004-2006. O PIC de Angola foi objecto de assinatura pelas autoridades de ambos os países em Novembro de 2003, tendo os PIC de Timor Leste e de Moçambique ficado preparados para assinatura na primeira oportunidade política que ocorresse em 2004.

Embora com algum atraso, motivado pelo processo de constituição do IPAD e de extinção do ICP e da APAD, foram, logo que possível, preparados os Planos Anuais de Cooperação 2003 enquadrados nos Programas Indicativos que se encontravam em vigor ou, que, nos casos em que não existiam, como acontecia relativamente a Angola e Timor Leste, sistematizavam e davam coerência às acções que se encontravam em curso.

Assim, teve lugar a preparação dos PACs de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, enquadrados pelos Programas Indicativos em vigor no período 2002-2004. Nos casos de Angola e de Timor Leste, dado que os anteriores PIC haviam sido concluídos em 2002, foram negociados Planos Anuais Intercalares para 2003.

No que respeita a Moçambique foi acordado por ambos os países que não seria elaborado nenhum Programa para o ano em curso, devendo contudo ser dada continuidade às acções que se encontravam programadas e em execução.

➤ **Países Beneficiários: PEOB (Países de Expressão Oficial Portuguesa)**

### **Timor Leste**

Timor Leste, principal parceiro da Cooperação Portuguesa, é um caso especial dado ser um novo país e extremamente pobre, tendo sido considerado País Menos Avançado (PMA). Assim, em 2003, foram acompanhadas as questões relativas à escassez de emprego, as débeis condições de vida da população e consequente instabilidade social. Foi dada ainda particular atenção à frente interna de Timor Leste (essencialmente no que diz respeito ao relacionamento institucional entre os Órgãos de Soberania, evolução dos aspectos relativos à segurança interna, questão dos refugiados e Falintil / Forças de Defesa de Timor Leste) e à frente externa (nomeadamente no que diz respeito à continuação do envolvimento da comunidade internacional no processo de desenvolvimento do país e, particularmente, às relações com a Indonésia, Austrália, ASEAN, EU, NU e CPLP).

Com vista a assegurar a necessária sustentabilidade e continuidade das acções anteriormente iniciadas, o Plano Anual de Cooperação de 2003, contemplando as solicitações formuladas pelas autoridades timorenses e, ainda, o posicionamento das cooperações bilaterais e multilaterais presentes no terreno, assentou nas seguintes áreas prioritárias: Apoio ao Sistema Educativo; Reforço da Capacitação Institucional; Construção e Reabilitação do Tecido Urbano; Apoio ao Desenvolvimento Económico. A estas áreas acresceram as do apoio ao Orçamento de Estado e da contribuição para o Trust Fund do Banco Mundial.

Na preparação do PIC, o IPAD, em plena articulação com as autoridades timorenses, empenhou-se na definição de uma estratégia a médio prazo, que permitisse responder com eficácia aos principais desafios que se perfilam:

- a promoção do desenvolvimento sustentado e a luta contra a pobreza enquanto objectivo transversal,

e, num plano mais imediato,

- a passagem para o período pós UNMISET, nomeadamente no que diz respeito às preocupações de segurança e ordem internas, bem como à questão da transferência de competências técnicas, essenciais à criação de capacidades endógenas que permitam tornar sustentável e continuado todo e qualquer modelo de cooperação.

Com uma dotação financeira de € 50 milhões, o PIC contempla três vectores de intervenção:

- A re-introdução do Português, que é, a par do Tétum, Língua Oficial em Timor Leste;
- O reforço da capacitação institucional, nomeadamente da administração pública;
- O desenvolvimento económico e social, como instrumento de combate à pobreza.

**QUADRO 5**  
**DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL PORTUGUESA - TIMOR LESTE**  
**2003**

| <i>Euros</i>  |                   |              |
|---|-------------------|--------------|
| SECTORES  | 2003              | %            |
| <b>100I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>               | <b>23.767.045</b> | <b>62,91</b> |
| 110 EDUCAÇÃO  | 4.687.209         | 12,41        |
| 120 SAÚDE   | 135.261           | 0,36         |
| 130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA                                 |                   |              |
| 140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO                    | 87.683            | 0,23         |
| 150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL                                   | 15.554.419        | 41,17        |
| 160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS                  | 3.302.473         | 8,74         |
| <b>200II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>           | <b>679.847</b>    | <b>1,80</b>  |
| 210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO                                  | 3.825             | 0,01         |
| 220 COMUNICAÇÕES  | 425.998           | 1,13         |
| 230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO                        |                   |              |
| 240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS                               | 250.024           | 0,66         |
| 250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS                                  |                   |              |
| <b>300III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>                            | <b>635.834</b>    | <b>1,68</b>  |
| 310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS                          | 393.962           | 1,04         |
| 311 AGRICULTURA   | 393.962           | 1,04         |
| 312 SILVICULTURA  |                   |              |
| 313 PESCAS  |                   |              |
| 320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO                               | 241.872           | 0,64         |
| 321 INDÚSTRIA   |                   |              |
| 322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)                              | 35.137            | 0,09         |
| 323 CONSTRUÇÃO  | 206.735           | 0,55         |
| 330 COMÉRCIO E TURISMO  | 0                 | 0,00         |
| 331 COMÉRCIO  |                   |              |
| 332 TURISMO   |                   |              |
| <b>400IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>                       | <b>8.627.420</b>  | <b>22,84</b> |
| <b>500V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS</b> | <b>2.655.102</b>  | <b>7,03</b>  |
| <b>600VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA</b>                 |                   |              |
| <b>700VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA</b>                             | <b>17.765</b>     | <b>0,05</b>  |
| <b>910VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES</b>            | <b>827.144</b>    | <b>2,19</b>  |
| <b>920IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS</b>         | <b>571.078</b>    | <b>1,51</b>  |
| <b>998X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO</b>                     |                   |              |
| <b>TOTAL BILATERAL</b>  | <b>37.781.235</b> | <b>100</b>   |

### Guiné-Bissau

A situação de instabilidade política na Guiné-Bissau provocada pelo golpe de Estado tem vindo a condicionar fortemente o desenvolvimento dos projectos de cooperação. No entanto, é de referir a importância do apoio a este país nesta fase de transição até à realização de eleições, principalmente no âmbito da prevenção de conflitos. Desta forma, durante o período em apreço, o IPAD acompanhou atentamente o evoluir da situação político-social na Guiné-Bissau. Não obstante a instabilidade, Portugal deu continuidade, em 2003, a alguns projectos sem, no entanto, ter por base um documento enquadrador assinado entre as Partes.

Assim, prosseguiram os projectos no domínio da Educação (ensino básico, secundário, formação de professores e ensino superior, mantendo a concessão de bolsas para estudo), Saúde e Agricultura. Tendo em vista a preparação das eleições legislativas de 2004, Portugal prestou ainda apoio técnico e material ao processo de recenseamento.

Foi ainda elaborado e aprovado um Programa de Intervenção a Curto-Prazo, no âmbito do qual se materializou em 2003, a intervenção de Urgência no Hospital Simão Mendes, para recuperação e funcionamento da Central Eléctrica, compra de combustível e limpeza dos edifícios.

Portugal concedeu ainda um apoio no valor de 1 milhão de dólares ao Tesouro Público da GB, 500 mil dólares para o Trust Fund do PNUD via Fundo Especial da CPLP para ajudar a pagar salários em atraso de funcionários públicos e 10,6 mil euros para apoio às despesas de funcionamento do CNT (Conselho Nacional de Transição).

**QUADRO 6**  
**DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL PORTUGUESA - GUINÉ BISSAU**  
**2003**

| SECTORES  | <i>Euros</i>     |              |
|---|------------------|--------------|
|   | 2003             | %            |
| <b>100I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>               | <b>5.715.834</b> | <b>78,25</b> |
| 110 EDUCAÇÃO  | 2.732.212        | 37,41        |
| 120 SAÚDE   | 1.515.817        | 20,75        |
| 130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA                                 |                  |              |
| 140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO                    |                  |              |
| 150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL                                   | 1.347.181        | 18,44        |
| 160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS                  | 120.624          | 1,65         |
| <b>200II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>           | <b>148.490</b>   | <b>2,03</b>  |
| 210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO                                  | 13.287           | 0,18         |
| 220 COMUNICAÇÕES  | 92.205           | 1,26         |
| 230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO                        |                  |              |
| 240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS                               |                  |              |
| 250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS                                  | 42.998           | 0,59         |
| <b>300III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>                            | <b>301.938</b>   | <b>4,13</b>  |
| 310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS                          | <b>301.938</b>   | <b>4,13</b>  |
| 311 AGRICULTURA   | 301.938          | 4,13         |
| 312 SILVICULTURA  |                  |              |
| 313 PESCAS  |                  |              |
| 320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO                               | 0                | 0,00         |
| 321 INDÚSTRIA   |                  |              |
| 322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)                              |                  |              |
| 323 CONSTRUÇÃO  |                  |              |
| 330 COMÉRCIO E TURISMO  | 0                | 0,00         |
| 331 COMÉRCIO  |                  |              |
| 332 TURISMO   |                  |              |
| <b>400IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>                       | <b>449.590</b>   | <b>6,16</b>  |
| <b>500V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS</b> |                  |              |
| <b>600VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA</b>                 |                  |              |
| <b>700VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA</b>                             | <b>133.808</b>   | <b>1,83</b>  |
| <b>910VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES</b>            | <b>554.490</b>   | <b>7,59</b>  |
| <b>920IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS</b>         |                  |              |
| <b>998X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO</b>                     |                  |              |
| <b>TOTAL BILATERAL</b>  | <b>7.304.150</b> | <b>100</b>   |

### S. Tomé e Príncipe

O Governo português acompanhou atentamente a crise política desencadeada pelo golpe de Estado em São Tomé e Príncipe em Julho de 2003 e procurou minimizar os problemas que essa situação de instabilidade pudesse causar na concretização dos projectos de cooperação entre os dois países.

Esses projectos desenvolveram-se no âmbito das prioridades estabelecidas pelo Programa Indicativo de Cooperação 2002-2004, que define os sectores da Agricultura, Educação, Saúde, Justiça e Formação Profissional como as áreas principais de

intervenção, dentro de um eixo principal de articulação de toda a cooperação que é a Luta contra a Pobreza.

Foi elaborado o Programa de Acção para 2003-2004, que segue as linhas de intervenção e os sectores definidos no PIC para os quais se considerou prioritária a mobilização de esforços nesse período de dois anos.

Durante o 1º semestre de ano, foi concluída a participação portuguesa no Programa de Apoio às Médias Empresas Agrícolas Santomenses (PAMEA) tendo sido transferida a responsabilidade do programa para as autoridades de STP.

**QUADRO 7**  
**DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL PORTUGUESA - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**  
**2003**

| SECTORES  | Euros            |              |
|---|------------------|--------------|
|   | 2003             | %            |
| <b>100I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>               | <b>7.728.724</b> | <b>78,42</b> |
| 110 EDUCAÇÃO  | 2.805.608        | 28,47        |
| 120 SAÚDE   | 2.533.755        | 25,71        |
| 130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA                                 |                  |              |
| 140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO                    |                  |              |
| 150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL                                   | 762.806          | 7,74         |
| 160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS                  | 1.626.555        | 16,50        |
| <b>200II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>           | <b>1.046.962</b> | <b>10,62</b> |
| 210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO                                  | 733.284          | 7,44         |
| 220 COMUNICAÇÕES  | 56.957           | 0,58         |
| 230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO                        | 2.529            | 0,03         |
| 240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS                               | 22.004           | 0,22         |
| 250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS                                  | 232.188          | 2,36         |
| <b>300III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>                            | <b>94.518</b>    | <b>0,96</b>  |
| 310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS                          | 63.685           | 0,65         |
| 311 AGRICULTURA   | 63.685           | 0,65         |
| 312 SILVICULTURA  |                  |              |
| 313 PESCAS  |                  |              |
| 320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO                               | 30.833           | 0,31         |
| 321 INDÚSTRIA   |                  |              |
| 322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)                              | 30.833           | 0,31         |
| 323 CONSTRUÇÃO  |                  |              |
| 330 COMÉRCIO E TURISMO  | 0                | 0,00         |
| 331 COMÉRCIO  |                  |              |
| 332 TURISMO   |                  |              |
| <b>400IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>                       | <b>300.373</b>   | <b>3,05</b>  |
| <b>500V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS</b> |                  |              |
| <b>600VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA</b>                 | <b>406.230</b>   | <b>4,12</b>  |
| <b>700VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA</b>                             |                  |              |
| <b>910VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES</b>            | <b>169.991</b>   | <b>1,72</b>  |
| <b>920IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS</b>         | <b>104.320</b>   | <b>1,06</b>  |
| <b>998X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO</b>                     | <b>5.023</b>     | <b>0,05</b>  |
| <b>TOTAL BILATERAL</b>  | <b>9.856.141</b> | <b>100</b>   |

## **Moçambique**

As relações de Cooperação com Moçambique no ano de 2003 foram pautadas pelo objectivo principal de redução dos níveis de pobreza absoluta, articuladas com o PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2000 – 2005).

Em face de os dois países terem acordado na não necessidade de existência de um PAC para o ano em curso, estiveram em execução em 2003 cerca de 25 programas/projectos/acções, observando-se, no entanto, um esforço financeiro inferior ao desempenho observado no ano anterior. Neste contexto, continuou a dar-se execução aos Programas de Apoio Pós-Emergência a Moçambique nas áreas da Agricultura, Água e Saneamento, Educação e Mulher e Acção Social.

Consciente desta situação o IPAD procedeu a uma análise “no terreno” das razões que levaram à redução dos índices de execução dos projectos e mesmo a bloqueamentos, concentrando-se no planeamento de uma nova estratégia, com vista à aprovação de um PIC para o período de 2004 – 2006, e do PAC – Plano de Acção de Cooperação para 2004. O primeiro destes documentos ficou praticamente ultimado no final do ano, ficando a aguardar o melhor momento político para a sua assinatura.

Durante o ano de 2003 desenvolveram-se, igualmente, negociações para o estabelecimento das condições da adesão de Portugal ao Programa Conjunto para o Apoio Macro-Financeiro a Moçambique, tendo sido preparado um acordo entre ambos os países a ser assinado no início de 2004.

Por outro lado, o bom relacionamento entre os dois Países, reflectiu-se nas visitas recíprocas ao nível político, designadamente na deslocação a Moçambique de S.Exa SENEK (15 a 21 de Junho), que consagrou o progressivo empenho português na Ajuda ao Desenvolvimento moçambicano, com parcerias quer trilaterais, quer multilaterais, tendentes ao novo modelo para a interacção com o Mundo sugerido pela NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano, que Moçambique integra.

No sector da agricultura, deu-se por concluído o financiamento ao Programa de Desenvolvimento Rural da Costa de Cabo Delgado em Moçambique, desenvolvido pela Fundação Aga Khan, cujas actividades se centraram na organização social das comunidades, na formação de recursos humanos, na assistência técnica nas áreas da agricultura, pescas e recursos florestais e em intervenções sociais na educação e na saúde.

**QUADRO 8**  
**DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL PORTUGUESA – MOÇAMBIQUE**  
**2003**

| SECTORES  | Euros             |              |
|---|-------------------|--------------|
|   | 2003              | %            |
| <b>100I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>               | <b>10.543.950</b> | <b>62,32</b> |
| 110 EDUCAÇÃO  | 4.989.276         | 29,49        |
| 120 SAÚDE   | 468.870           | 2,77         |
| 130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA                                 |                   |              |
| 140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO                    |                   |              |
| 150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL                                   | 2.191.891         | 12,95        |
| 160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS                  | 2.893.913         | 17,10        |
| <b>200II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>           | <b>172.412</b>    | <b>1,02</b>  |
| 210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO                                  | 27.362            | 0,16         |
| 220 COMUNICAÇÕES  | 35.400            | 0,21         |
| 230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO                        |                   |              |
| 240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS                               | 77.039            | 0,46         |
| 250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS                                  | 32.611            | 0,19         |
| <b>300III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>                            | <b>525.099</b>    | <b>3,10</b>  |
| <b>310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS</b>                   | <b>448.052</b>    | <b>2,65</b>  |
| 311 AGRICULTURA   | 426.013           | 2,52         |
| 312 SILVICULTURA  | 22.039            | 0,13         |
| 313 PESCAS  |                   |              |
| <b>320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO</b>                        | <b>77.047</b>     | <b>0,46</b>  |
| 321 INDÚSTRIA   | 29.147            | 0,17         |
| 322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)                              | 47.900            | 0,28         |
| 323 CONSTRUÇÃO  |                   |              |
| <b>330 COMÉRCIO E TURISMO</b>                                   | <b>0</b>          | <b>0,00</b>  |
| 331 COMÉRCIO  |                   |              |
| 332 TURISMO   |                   |              |
| <b>400IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>                       | <b>586.715</b>    | <b>3,47</b>  |
| <b>500V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS</b> |                   |              |
| <b>600VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA</b>                 | <b>4.765.908</b>  | <b>28,17</b> |
| <b>700VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA</b>                             |                   |              |
| <b>910VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES</b>            | <b>245.228</b>    | <b>1,45</b>  |
| <b>920IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS</b>         | <b>70.490</b>     | <b>0,42</b>  |
| <b>998X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO</b>                     | <b>9.965</b>      | <b>0,06</b>  |
| <b>TOTAL BILATERAL</b>  | <b>16.919.767</b> | <b>100</b>   |

### Angola

Na ausência de um Programa Indicativo de Cooperação trienal em benefício de Angola, foi ultimado e executou-se um Plano de Acção de Cooperação intercalar constituído por intervenções que atenderam a prioridades de desenvolvimento tanto angolanas como portuguesas, com especial incidência em projectos nas áreas de luta contra a pobreza e da educação. Ao mesmo tempo, foi sendo elaborado, em permanente concertação com as autoridades angolanas, um novo PIC para vigorar entre 2004 e 2006, que acabou por ser assinado em Outubro de 2003, durante a visita do Primeiro Ministro português àquele país, tendo-se, assim, dado início à preparação do PAC para 2004.

Acompanhou-se, também, a evolução da situação humanitária angolana, tendo-se procedido à organização de duas operações humanitárias, que consistiram no envio de bens de primeira necessidade, necessários ao bom êxito do processo de reassentamento das populações deslocadas internamente nos seus locais de origem, contribuindo-se, assim, para o fortalecimento da paz que se instaurou no país a partir de 2002. A fase de transição entre a emergência e o desenvolvimento em que Angola se encontra é consequência da evolução positiva da situação humanitária e da progressiva estabilização política, procurando as autoridades angolanas obter a anuência da Comunidade Internacional à organização de uma Conferência de Doadores que permita reunir meios financeiros considerados indispensáveis à reabilitação e reconstrução das estruturas económicas e sociais do país, objectivo que mereceu o apoio de Portugal, que tem, naturalmente, seguido com atenção esta matéria.

As boas relações entre Portugal e Angola estão bem reflectidas nas visitas recíprocas a nível político que tiveram lugar ao longo do ano e nos instrumentos de cooperação então assinados. Pelo nosso lado, para além da visita do Senhor Primeiro Ministro e da comitiva ministerial que o acompanhava, deslocou-se a Luanda S.Exa SENECA no âmbito da preparação do PAC 2003. Pelo lado angolano, visitaram-nos o Ministro das Relações Exteriores, ocasião em que foi assinado o PAC 2003, e o Ministro das Pescas. Foram igualmente acompanhadas, com grande interesse e atenção, as numerosas missões empresariais que se deslocaram a Angola, dando prova de confiança na crescente estabilidade política e no processo de reformas macroeconómicas em curso. A fim de reforçar o bom ambiente empresarial, foi levada a cabo uma acção de formação de autoridades financeiras tendo em vista habilitá-las a negociar com Portugal um Acordo para Evitar a Dupla Tributação, perspectivando-se também a negociação de um Acordo de Protecção Mútua de Investimentos.

**QUADRO 9**  
**DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL PORTUGUESA - ANGOLA**  
**2003**

| <i>Euros</i>  |                   |              |
|---|-------------------|--------------|
| SECTORES  | 2003              | %            |
| <b>100I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>               | <b>15.320.249</b> | <b>88,82</b> |
| 110 EDUCAÇÃO  | 10.096.047        | 58,53        |
| 120 SAÚDE   | 257.736           | 1,49         |
| 130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA                                 |                   |              |
| 140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO                    |                   |              |
| 150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL                                   | 1.809.871         | 10,49        |
| 160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS                  | 3.156.595         | 18,30        |
| <b>200II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>           | <b>414.284</b>    | <b>2,40</b>  |
| 210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO                                  | 1.898             | 0,01         |
| 220 COMUNICAÇÕES  | 36.199            | 0,21         |
| 230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO                        | 269.896           | 1,56         |
| 240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS                               | 47.140            | 0,27         |
| 250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS                                  | 59.151            | 0,34         |
| <b>300III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>                            | <b>242.252</b>    | <b>1,40</b>  |
| 310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS                          | 140.891           | 0,82         |
| 311 AGRICULTURA   | 107.704           | 0,62         |
| 312 SILVICULTURA  | 33.187            | 0,19         |
| 313 PESCAS  |                   |              |
| 320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO                               | 88.861            | 0,52         |
| 321 INDÚSTRIA   |                   |              |
| 322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)                              | 4.369             | 0,03         |
| 323 CONSTRUÇÃO  | 84.492            | 0,49         |
| 330 COMÉRCIO E TURISMO  | 12.500            | 0,07         |
| 331 COMÉRCIO  | 12.500            | 0,07         |
| 332 TURISMO   |                   |              |
| <b>400IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>                       | <b>660.847</b>    | <b>3,83</b>  |
| <b>500V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS</b> |                   |              |
| <b>600VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA</b>                 |                   |              |
| <b>700VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA</b>                             | <b>188.836</b>    | <b>1,09</b>  |
| <b>910VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES</b>            | <b>107.391</b>    | <b>0,62</b>  |
| <b>920IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS</b>         | <b>167.555</b>    | <b>0,97</b>  |
| <b>998X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO</b>                     | <b>148.021</b>    | <b>0,86</b>  |
| <b>TOTAL BILATERAL</b>  | <b>17.249.435</b> | <b>100</b>   |

### **Cabo Verde**

As relações de cooperação com Cabo Verde decorreram com o bom nível habitual, e foram reforçadas por frequentes contactos de responsáveis sectoriais, com destaque para visitas de Ministros da Ciência e Ensino Superior, da Saúde e da Justiça, e assinatura de novos Acordos nestas áreas, merecendo especial menção a Visita Oficial do Primeiro Ministro português a Cabo Verde, em Julho de 2003, ocasião em que foi assinado o PAC-2003.

Neste ano foi reactivada a Sociedade de Desenvolvimento da Ilha da Boavista, criada em 2001, e para cuja Unidade Técnica(UTE), foi então designado o representante português, realizando-se, seguidamente, reuniões da UTE em Lisboa e na Praia, que culminaram com a assinatura, na capital caboverdeana, de um Acordo que prevê o desenvolvimento de planos, estudos e pareceres quanto ao ordenamento e desenvolvimento turístico, trabalhos de cartografia digital aérea e criação de cadastro de terrenos naquela Ilha e na do Maio.

Portugal participou activamente na Reunião de Parceiros de Desenvolvimento de Cabo Verde (Praia-Abril), e acompanhou, em diversas instâncias, o processo de saída de CV do grupo dos PMA e de graduação em PDM, e comprometeu-se com CV na criação de um grupo de trabalho para apoiar a pretensão das autoridades caboverdeanas de alcançarem um estatuto especial junto da UE, desiderato que apoiamos intervindo nas sedes adequadas.

Realça-se ainda a aprovação, para Cabo Verde, dos projectos de “Reforço das Parcerias e de Apoio à Execução do Programa de Luta contra a Pobreza Rural” e de “Apoio à 2ª Fase do Projecto de Capacitação Institucional da Agência Nacional de Segurança Alimentar (ANSA)”.

**QUADRO 10**  
**DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL PORTUGUESA - CABO VERDE**  
**2003**

| <i>Euros</i>   |                   |              |
|--|-------------------|--------------|
| SECTORES   | 2003              | %            |
| <b>100I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>        | <b>34.764.061</b> | <b>97,62</b> |
| 110 EDUCAÇÃO   | 29.685.460        | 83,36        |
| 120 SAÚDE  | 2.208.751         | 6,20         |
| 130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA                          |                   |              |
| 140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO             | 10.000            | 0,03         |
| 150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL                            | 638.130           | 1,79         |
| 160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS           | 2.221.720         | 6,24         |
| <b>200II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>    | <b>113.206</b>    | <b>0,32</b>  |
| 210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO                           | -196.832          | -0,55        |
| 220 COMUNICAÇÕES   | 55.249            | 0,16         |
| 230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO                 | 37.050            | 0,10         |
| 240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS                        | 102.372           | 0,29         |
| 250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS                           | 115.367           | 0,32         |
| <b>300III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>                     | <b>346.113</b>    | <b>0,97</b>  |
| 310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS                   | <b>73.671</b>     | <b>0,21</b>  |
| 311 AGRICULTURA  | 58.581            | 0,16         |
| 312 SILVICULTURA   |                   |              |
| 313 PESCAS   | 15.090            | 0,04         |
| 320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO                        | <b>196.174</b>    | <b>0,55</b>  |
| 321 INDÚSTRIA  |                   |              |
| 322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)                       | 196.174           | 0,55         |
| 323 CONSTRUÇÃO   |                   |              |
| 330 COMÉRCIO E TURISMO                                   | <b>76.268</b>     | <b>0,21</b>  |
| 331 COMÉRCIO   |                   |              |
| 332 TURISMO  | 76.268            | 0,21         |
| <b>400IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>                | <b>605.318</b>    | <b>1,70</b>  |
| 500V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS |                   |              |
| 600VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA                 | <b>-500.391</b>   | <b>-1,41</b> |
| 700VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA                             |                   |              |
| 910VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES            | 153.747           | 0,43         |
| 920IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS         | 4.000             | 0,01         |
| 998X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO                     | 125.316           | 0,35         |
| <b>TOTAL BILATERAL</b>                                   | <b>35.611.370</b> | <b>100</b>   |

➤ **Cooperação com Outros Países**

**Trust Fund Reconstrução Afeganistão**

Na Conferência de Doadores de Tóquio, Portugal comprometeu-se a contribuir para o Trust Fund para Reconstrução do Afeganistão com uma verba de €750 mil. A transferência da primeira parcela de €200 mil para o Banco Mundial foi solicitada pela ex-APAD em Dezembro 2002 mas efectuada apenas, pela Direcção Geral do Tesouro,

em Janeiro de 2003. Uma segunda parcela de mais €200 mil foi paga em Outubro de 2003.

### **Reconstrução do Iraque**

Em 23/24 de Outubro de 2003, teve lugar em Madrid uma Conferência de Doadores para a reconstrução do Iraque. Nela, Sua Excelência a Ministra dos Negócios Estrangeiros, anunciou a contribuição de Portugal para este processo, num total de €17,5 M: Ajuda humanitária (2003)<sup>2</sup>: €500 000; Estabilização e segurança (2003/2004): €15 M (GNR); Formação: €500 000 para programas a executar bilateralmente; apoio aos expatriados e emigrantes: €1 M para afectar, em partes iguais, às agências e programas multilaterais que se ocupam desta área ACNUR e OIM; Apoio ao Ministério dos Deslocados e Migrantes do Iraque – departamento da CPA (Coalition Provisional Authority) da qual fez parte o Dr. José Lamego: €500 000.

---

<sup>2</sup> Ver capítulo “Ajuda Humanitária” para mais informações.

## 6. Cooperação Multilateral

### ➤ Quadro Geral da Ajuda Multilateral

No âmbito do novo modelo institucional aprovado para a Cooperação Portuguesa, o IPAD deverá reforçar e dar maior consistência e coerência à sua participação nos principais fora internacionais, designadamente ao nível das Nações Unidas, Banco Mundial, OCDE e, muito especialmente, pela sua importância estratégica, ao nível da União Europeia.

A assunção plena desta responsabilidade deverá desenvolver-se de forma progressiva mas decidida, tanto mais que se está a construir um consenso cada vez mais lato em torno das grandes linhas da cooperação internacional para o desenvolvimento. Tal propicia que a coordenação internacional dos diversos doadores se venha afirmando como instrumento indispensável na cooperação internacional, o que exige da nossa parte um entrosamento cada vez maior entre a cooperação bilateral e a multilateral, na sede, mas também no terreno.

O ano de 2003 foi especialmente marcado pelo debate à volta do acompanhamento dos compromissos de Barcelona e Monterrey. A Comissão Europeia apresentou um primeiro Relatório sobre a forma como os EM, individualmente considerados e no seu conjunto, estavam a pôr em prática esses compromissos, concluindo pela necessidade de um maior esforço de alguns EM para alcançar os objectivos pretendidos, nomeadamente aquele que respeita ao aumento da APD, pelo menos até 0,33% do RNB, até 2006, por forma a ser atingida, nesta data, a média comunitária de 0,39%.

Outro dos compromissos de Barcelona, que mobilizou de forma mais visível os esforços dos Estados Membros e da Comissão, ao longo de 2003, foi o objectivo da Coordenação das Políticas e da Harmonização dos Procedimentos. Foram dados passos neste sentido que, no fundo, se prende com uma maior eficácia da ajuda.

É de destacar ainda o acompanhamento do seguimento das grandes Cimeiras e Conferências internacionais, nomeadamente das Conferências de Monterrey e sobre os Países Menos Avançados<sup>3</sup> bem como o acompanhamento da preparação da Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação cuja 1ª fase teve lugar em Genebra, no final do ano, e da qual resultaram uma Declaração e um Plano de Acção.

É ainda de referir que, durante o ano de 2003, se continuaram a desenvolver actividades no Quadro do Protocolo de Cooperação entre o IPAD, o ECDPM (European Centre for Development Policy Management) e o IEEI (Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais). Destaca-se, o Seminário sobre os Desafios das Relações Europa-África, que teve lugar em Lisboa, em Outubro de 2003. No final do ano foi assinado um novo Protocolo entre o IPAD-ECDPM-IEEI, que vai vigorar, por dois anos, até ao final de 2005.

---

<sup>3</sup> O IPAD foi responsável pela realização do relatório nacional sobre os compromissos assumidos pela comunidade doadora durante a Conferência dos PMA's, que se realizou em Bruxelas, Maio de 2001. Nesse relatório, são realçados os diversos capítulos do Plano de Acção de Bruxelas e feita a respectiva correspondência com as acções que a cooperação portuguesa tem financiado no sentido de respeitar os compromissos assumidos.

Finalmente, refira-se que, à semelhança de anos anteriores, continuou-se, ao longo de 2003, a participar nas reuniões da Comissão Interministerial dos Assuntos Comunitários.

Em termos globais, as contribuições para as organizações multilaterais registaram, em 2003, uma taxa de crescimento negativa (-16%) face aos desembolsos de 2002. Essa quebra sentiu-se, essencialmente, nas contribuições para o sistema das NU e para os Bancos Regionais de Desenvolvimento.

De salientar, porém, que se tem assistido a uma participação gradual de Portugal em determinadas instâncias multilaterais. Destacam-se contribuições substanciais, nomeadamente, para a Comissão Europeia com 64,5%, em 2003, face aos 53,7%, em 2002; para as instituições de Bretton Woods e para a OMC com 8,4% face aos 5,5%, em 2002; e, para as outras instituições multilaterais, com 3,5% face aos 0,6% em 2002.

**QUADRO 11**  
**APD MULTILATERAL 2002/2003**

|   | (Milhares de Euros *) |             |                |             |
|---|-----------------------|-------------|----------------|-------------|
| <b>ORGANIZAÇÕES MULTILATERAIS</b>                 | <b>2002</b>           | <b>%</b>    | <b>2003</b>    | <b>%</b>    |
| <b>1. NAÇÕES UNIDAS</b>                           | <b>11.488</b>         | <b>7,9</b>  | <b>7.139</b>   | <b>5,9</b>  |
| 1.1. Nações Unidas - Agências, Fundos e Comissões | 11.488                | 7,9         | 7.139          | 5,9         |
| <b>2. COMISSÃO EUROPEIA</b>                       | <b>77.766</b>         | <b>53,7</b> | <b>78.232</b>  | <b>64,5</b> |
| 2.1. Orçamento CE p/ Países em Desenvolvimento    | 64.642                | 44,6        | 60.966         | 50,2        |
| 2.2. FED - Fundo Europeu para o Desenvolvimento   | 13.124                | 9,1         | 17.266         | 14,2        |
| <b>3. FMI, BANCO MUNDIAL E OMC</b>                | <b>7.895</b>          | <b>5,5</b>  | <b>10.185</b>  | <b>8,4</b>  |
| 3.1. Grupo Banco Mundial                          | 7.298                 | 5,0         | 9.590          | 7,9         |
| 3.2. Organização Mundial do Comércio              | 597                   | 0,4         | 595            | 0,5         |
| <b>4. BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO</b>     | <b>46.766</b>         | <b>32,3</b> | <b>21.584</b>  | <b>17,8</b> |
| <b>5. OUTRAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS</b>       | <b>935</b>            | <b>0,6</b>  | <b>4.239</b>   | <b>3,5</b>  |
| <i>das quais:</i>                                 |                       |             |                |             |
| <i>GEF - Global Environment Facility</i>          |                       |             | 2.134          | 1,8         |
| <i>Protocolo de Montreal</i>                      | 355                   | 0,2         | 1.130          | 0,9         |
| <b>TOTAL</b>                                      | <b>144.850</b>        | <b>100</b>  | <b>121.379</b> | <b>100</b>  |

### ➤ Instituições Financeiras Internacionais

A participação de Portugal nas instituições financeiras internacionais implicou, em 2003, um encargo orçamental de cerca de 40,2 milhões € resultante dos compromissos assumidos com as contribuições e participações e com as quotas de capital nas diversas instituições. De referir que Portugal continuou a defender, durante as negociações das reconstituições de recursos que decorreram em 2003, uma repartição justa e equitativa das quotas de participação dos países nessas instituições, com base no peso das respectivas economias na economia mundial e na capacidade de pagamento de cada um.

Do montante acima referido, cerca de 90% foram alocados aos Fundos concessionais, de entre os quais assume particular relevância o Fundo Europeu de Desenvolvimento, conforme a seguir se discrimina.

Relativamente ao Grupo do Banco Mundial, em 2003 Portugal não procedeu a quaisquer emissões de notas promissórias para o Banco Internacional para a

Reconstrução e Desenvolvimento, tendo, no entanto, resgatado o montante de 258.219 € relativo a uma nota promissória emitida em 1992 para manutenção do valor das acções do capital do Banco detido por Portugal em moeda nacional.

Não se registaram quaisquer emissões de notas promissórias ou pagamentos, quer para a Sociedade Financeira Internacional (SFI), quer para a Agência Multilateral de Garantia ao Investimento (MIGA).

Relativamente à Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), foram efectuados resgates de notas promissórias no âmbito de várias reconstituições de recursos da Instituição, designadamente da AID 11, do Fundo Interino e da AID 12, no montante de 1.391.955 €, 45.885 € e 2.544.000 €, respectivamente, perfazendo um total de 3.981.840 €. Ainda no que diz respeito à AID foram emitidas notas promissórias no valor de 9.590.000 € como forma de pagamento da 1ª prestação da contribuição de Portugal para a Décima Terceira Reconstituição da AID (AID13).

No âmbito dos Instrumentos administrados pela Sociedade Financeira Internacional (SFI), Portugal celebrou com aquela Instituição, em 2000, um Acordo relativo à contribuição do nosso país para a *Africa Project Development Facility* (APDF), para a qual contribuem também o IPAD e o BPI, destinada ao financiamento da actividade daquela Facilidade nos países da África lusófona. Em 2003 não se concretizou qualquer pagamento no âmbito do referido Acordo, uma vez que a APDF ainda não tinha esgotado os recursos desembolsados por Portugal em 2001 (500.000\$).

No âmbito dos fundos administrados pelo Banco Mundial, Portugal participa no Fundo para o Ambiente do Globo (GEF), tendo sido emitidas duas notas promissórias em 2003 no valor de 1.432.590 € cada, perfazendo o total de 2.865.180 €, como forma de pagamento da contribuição de Portugal para a Terceira Reconstituição de Recursos do GEF (GEF 3). Foram efectuados resgates no montante total de 1.510.800 € respeitante a notas promissórias já emitidas no âmbito da Primeira, Segunda e Terceira Reconstituições de Recursos.

No que diz respeito aos Bancos e Fundos Regionais de Desenvolvimento, e na sequência das negociações do 5º aumento geral de capital do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), de que resultou para Portugal uma subscrição no valor de 24,52 milhões € em 2003 foi efectuado o pagamento da 4ª de 8 prestações anuais iguais no montante de 184.723 €

Relativamente ao Fundo Africano de Desenvolvimento, foram efectuados resgates no montante total de 4.462.170 € respeitante a notas promissórias emitidas no âmbito das Sétima (FAD VII) e Oitava (FAD VIII) Reconstituições de Recursos do Fundo. Ainda no contexto do FAD, foram também emitidas duas notas promissórias no valor de 7.300.983 € cada, perfazendo o total de 14.601.966 € para pagamento da nossa contribuição para a Nona Reconstituição de Recursos do Fundo (FAD IX).

Quanto ao Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do 8º aumento de recursos do Banco, foram efectuados resgates no montante de 40.934 € respeitantes a notas promissórias emitidas para a participação no capital do Banco e foram efectuados resgates no montante de 226.227 € respeitantes à nossa contribuição para o instrumento *concessional* do BID - o Fundo para Operações Especiais (FOE 8).

Para o Fundo Multilateral de Investimento (MIF), instituição do grupo do BID que visa apoiar, em termos concessionais, o desenvolvimento do sector privado, em particular o microempresariado na América Latina e nas Caraíbas, foram efectuados resgates no montante de 636.111 €

Ainda no âmbito do Grupo do BID, concretizada, em 2002, a adesão de Portugal à Corporação Interamericana de Investimentos (CII), instituição do Grupo que promove o desenvolvimento do sector privado da América Latina e das Caraíbas, através do financiamento de pequenas e médias empresas privadas naqueles países, em 2003 houve lugar ao pagamento de 189.210 € relativo à realização da 3ª prestação de capital.

No que se refere à participação de Portugal no primeiro aumento de capital do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), em 2003 foram pagos 472.500 € em numerário, foi emitida uma nota promissória no valor de 708.750 € e procedeu-se ao resgate de notas promissórias no valor de 708.750 €

Relativamente ao Grupo do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD), na sequência da adesão de Portugal ao Banco, concretizada no ano de 2002, e consequente contribuição para o Fundo Asiático de Desenvolvimento (FAsD), designadamente para a Sexta e Sétima Reconstituições de Recursos (FAsD VII e FAsD VIII), foram, em 2003, efectuados pagamentos ao Banco no montante total de 2.110.145 € dos quais 1.016.906 € foram desembolsados em *numerário* e 1.093.239 € corresponderam ao resgate de notas promissórias. Foi ainda efectuada a emissão de uma nota promissória no valor de 1.347.992 € para pagamento da 2ª prestação da realização de capital.

No que respeita ao FAsD, foi emitida uma nota promissória no valor de 4.237.432 € para pagamento da 3ª prestação da contribuição de Portugal para a FAsD VIII. O montante total dos resgates efectuados ascendeu a 7.873.000€ relativo aos resgates parciais de notas promissórias emitidas no âmbito da FAsD VII e da FAsD VIII.

Para o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), procedeu-se ao resgate de 240.050 € respeitante a nota promissória emitida no âmbito da Quinta Reconstituição de Recursos.

No domínio comunitário, é de referir a importante contribuição para o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) no valor de 17.272.272 € dos quais 776.000 € foram desembolsados para a Facilidade de Investimento gerida pelo Banco Europeu de Investimento (BEI).

Em 2003 foi, ainda, desembolsada a quantia de 44.947 € para pagamento da quota de participação de Portugal no Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD).

### ➤ Cooperação Comunitária

No ano de 2003, e na continuação do trabalho realizado em anos anteriores, a Comunidade e os Estados Membros, nas várias instâncias de discussão intensificaram o esforço para levar à prática o grande objectivo da política de cooperação para o desenvolvimento da UE – luta contra a pobreza com vista à sua erradicação – consignado na Declaração Conjunta do Conselho e da Comissão, aprovada no final do ano 2000.

Em 2003, de acordo com os dados, ainda provisórios, disponibilizados pela Comissão, foram atingidos os mais elevados níveis de sempre, quer em compromissos, quer em desembolsos, tanto na ajuda financiada pelo Orçamento Geral da UE, como na financiada pelo FED. Assim os compromissos no âmbito do orçamento atingiram €3.919 M e os desembolsos €3.271 M, enquanto os compromissos do FED atingiram €4.127 M e os desembolsos €2.431 M.

O Conselho reafirmou o papel essencial que a União Europeia deve desempenhar na consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a necessidade de dar uma

maior atenção aos resultados obtidos, através dos quais se pode constatar o impacto na redução da pobreza. Foi considerado igualmente essencial o aprofundamento da colaboração e da coordenação no seio da UE e com outros doadores, com base em parcerias e planos nacionais como os Documentos de Estratégia por País, os Documentos de Estratégia para Redução da Pobreza e os Programas Sectoriais.

O IPAD acompanhou ainda, os assuntos discutidos nos Grupos do Conselho – Cooperação para o Desenvolvimento (CODEV), África Caraíbas e Pacífico (ACP; inclui as questões financeiras) e Ajuda Alimentar e assegurou a representação portuguesa em diversos Comitês de Financiamento (Comité FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento, Comité PVDALA – Países em Vias de Desenvolvimento da América Latina e Ásia, Comité de Cooperação para o Desenvolvimento da África do Sul, Comité de Segurança e Ajuda Alimentar e Comité dos Direitos do Homem).

### **Conselho Assuntos Gerais e Relações Externas (CAGRE)**

No ano de 2003, com o desaparecimento da formação Desenvolvimento do Conselho, foi decidido pelas Presidências, de uma forma não institucional, com o apoio de todos os Estados Membros e da Comissão, que o debate das questões relativas à cooperação para o desenvolvimento se deveria concentrar em dois CAGRE anuais, normalmente em Maio e Novembro. Esta decisão, que deverá ser mantida pelas futuras Presidências, até 2006, tem a vantagem de dar maior visibilidade, operacionalidade e um interesse político acrescido à cooperação para o desenvolvimento, no contexto das Relações Externas da UE.

Portugal, nos diversos “fora” onde este problema foi levantado sempre considerou positiva a concentração dos temas da cooperação para o desenvolvimento, em dois CAGRE por ano. Como contribuição para este debate divulgou um estudo, encomendado ao ECDPM, no âmbito do Acordo tripartido IPAD/ECDPM/IEEI<sup>4</sup>, estudo esse intitulado: “ A nova organização do Conselho da União Europeia: um recuo ou uma oportunidade para a Cooperação para o Desenvolvimento da União Europeia?”

Em Março de 2003 teve lugar o debate habitual no CAGRE, no início de cada ano, sobre a Eficácia da Acção Externa onde foram debatidos quatro grandes temas: Reforma da gestão da ajuda externa da UE; Prioridades e afectações de recursos; Aumento da capacidade de resposta da despesa externa; Melhoria do financiamento da PESC.

É também de referir, pela sua importância, que as duas presidências, ao longo de 2003, decidiram realizar reuniões informais dos ministros do desenvolvimento, que tiveram lugar em Junho em Alexandropoles e em Outubro, em Trieste. Os principais temas discutidos nestes encontros foram: consequências do alargamento para o desenvolvimento; cooperação para o desenvolvimento na convenção europeia; progressos nas negociações da OMC; flexibilidade e eficácia do fundo europeu de desenvolvimento; facilidade de paz; coordenação, complementaridade e coerência.

No que respeita à Cooperação para o Desenvolvimento, em 2003, o Conselho debateu e aprovou várias Conclusões, destacando-se as seguintes: Acompanhamento da Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento; Desvinculação da ajuda; Implementação da Política de Desenvolvimento da CE; Relatório da Comissão sobre a Política de Cooperação para o Desenvolvimento da CE e a implementação da

---

<sup>4</sup> Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento/European Centre for Development Policy Management/Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.

ajuda externa em 2002; Governação e Desenvolvimento; Sector Privado nos Países em Desenvolvimento; Conclusões sobre Migrações e Desenvolvimento.

Foram ainda apreciadas, pelo Conselho, em 2003, questões relativas ao Género e Desenvolvimento e ao papel da sociedade civil no desenvolvimento dos PED.

### **Outras reuniões**

Durante o ano de 2003, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento acompanhou os trabalhos das diversas reuniões de peritos organizados pela Comissão, sobre diferentes temas e sectores relacionados com a ajuda ao desenvolvimento – saúde, educação, sociedade de informação, investigação, entre outras. Devido à falta de técnicos disponíveis e a restrições orçamentais não participou nas referidas reuniões, embora em algumas delas, nomeadamente, educação e saúde, os problemas discutidos fossem da maior importância para a cooperação bilateral portuguesa.

Ainda no que respeita a reuniões, salienta-se a continuidade da prática, retomada em 2001, da realização de encontros informais dos Directores-Gerais do Desenvolvimento. Realizaram-se, ao longo de 2003, 3 reuniões (Fevereiro, Maio e Outubro) que constituíram boas ocasiões para discussões de temas relevantes para a política de cooperação para o desenvolvimento dos Estados Membros e da Comissão.

### **RELAÇÕES UE-ÁFRICA**

Em 2003 Portugal continuou a acompanhar o processo de seguimento da Cimeira Europa-África do Cairo e a liderar a discussão, pelo lado europeu, do tema Prevenção e Gestão de Conflitos, incluindo as Minas Terrestres (em colaboração com a Comissão Europeia, a França e a Bélgica).

Apesar do adiamento da II Cimeira Europa-África, inicialmente prevista para 4-5 de Abril, em Lisboa, e da inexistência de uma data para a sua realização, foram, em 2003, registados alguns desenvolvimentos importantes para a retoma e revitalização desse processo: apresentação, pela Comissão, de uma Comunicação ao Conselho, em 26 de Junho, contendo propostas de orientação relativamente ao formato e às prioridades do diálogo UE-África; e continuação do diálogo através de reuniões das *Troikas* da UE e da União Africana, ao nível de Altos Funcionários e Ministerial.

No CAGRE de Novembro foi ainda adoptada uma decisão relativa à utilização de recursos do 9.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (€250 M) para a constituição de uma Facilidade de Paz para África, destinada a financiar os custos não militares das operações de paz africanas, empreendidas pela UA e pelas organizações sub-regionais africanas. Portugal manifestou desde o início uma posição politicamente favorável a uma iniciativa desta natureza, que poderá funcionar como um instrumento operacional importante para o reforço do diálogo e da cooperação UE-África em matéria de paz e segurança.

No seguimento das Conclusões da Cimeira do G8 de Evian, no sentido do alargamento formal da parceria do G8 com África (Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano) a outros parceiros internacionais, Portugal foi ainda convidado a participar no “*Fórum Alargado para a Parceria com África*”, para o qual o Dr. José Manuel Brios e Gala foi nomeado Representante Pessoal do Primeiro Ministro. Participam neste Fórum os Representantes Pessoais dos Chefes de Estado e de Governo dos principais parceiros do desenvolvimento africano, com valores de APD para África superiores a 100 milhões de

dólares/ano<sup>5</sup>, para além dos Representantes Pessoais dos países do G8 e do Comité de Implementação da NEPAD. O Fórum alargado deverá, contudo, contribuir para um acompanhamento regular dos avanços realizados pelos Estados Africanos e pelos países doadores, e funcionar como um catalisador da cooperação com a NEPAD, através da possibilidade de apresentação de propostas e/ou recomendações aos Governos e organizações participantes. O Fórum reunirá duas vezes por ano, em África e num dos países parceiros. A primeira reunião teve lugar em Paris, em Novembro de 2003.

O 4.º Conselho de Cooperação UE-África do Sul teve lugar em Pretória, em Dezembro de 2003. No âmbito do Programa para a Reconstrução e Desenvolvimento para o período 2000-2006, que enquadra as relações de cooperação da UE com a África do Sul, foi, em 2003, efectuada uma avaliação do primeiro Programa Indicativo Multianual (2000-2002) e assinado o Documento de Estratégia e respectivo Programa Indicativo para o período 2003-2006 (€15 M). Em 2003 a UE comprometeu cerca de €26 M no apoio à África do Sul, correspondentes à totalidade das verbas orçamentadas para esse ano.

## RELAÇÕES UE-ACP

O Acordo de Parceria ACP-CE (Acordo de Cotonou) entrou formalmente em vigor em 1 de Abril de 2003, terminado o processo de ratificação pelos Estados Membros da UE e pelos Estados ACP. Portugal contribui em cerca de €133,86 M (0,97%) para o IX Fundo Europeu de Desenvolvimento, constituído a partir de contribuições dos 15 Estados Membros.

De acordo com os dados, ainda provisórios, disponibilizados pela Comissão, a ajuda financiada no quadro do FED, atingiu montantes bastante significativos em 2003, quer no que diz respeito aos compromissos - €1.127 M - e aos desembolsos - €2.431 M. Estes montantes são substancialmente superiores aos registados nos anos anteriores e reflectem não tanto as alterações introduzidas pela reforma da gestão da ajuda, mas a entrada efectiva em vigor da programação do 9º FED, com a aprovação de importantes programas superiores a €100 M.

Em 2003 foi iniciada a segunda fase das negociações de Acordos de Parceria Económica ACP-CE (APE) – por países e regiões ACP – previstos no Acordo de Cotonou, com as organizações regionais da África Central – CEMAC e São Tomé e Príncipe e da África Ocidental – CEDEAO e República da Mauritânia. Este processo deverá assentar na supressão progressiva das barreiras comerciais entre as partes e no reforço da cooperação nos domínios determinantes para o comércio, apostando no reforço da integração regional, indispensável para uma posterior integração desses países na economia mundial. O actual regime comercial será prolongado até 2008 (data de entrada em vigor dos APE) como etapa preparatória para a introdução da reciprocidade.

O ano de 2003 foi ainda marcado pela aprovação do pedido de adesão de Timor Leste ao Acordo de Cotonou. Até à data da constituição do 10.º FED, a cooperação financeira ao abrigo do Acordo de Cotonou ficará, contudo, limitada aos recursos do 9.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (2000-2005) para o apoio à cooperação e integração regional. A concretização da Estratégia de Cooperação UE-Timor Leste (2002-2006)

---

<sup>5</sup> Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Irlanda, Noruega, Holanda, Portugal, Suécia e Suíça.

continuará a ser, até essa data, assegurada a partir de recursos provenientes do orçamento comunitário (cerca de €70,5 M).

Esta decisão foi adoptada pela 28ª Sessão do Conselho de Ministros ACP-CE, que teve lugar em Bruxelas, em 17 de Maio, onde foram igualmente aprovados alguns documentos conjuntos importantes acerca do diálogo político ACP-CE, do acesso dos actores não estatais aos recursos do FED e da preparação de posições conjuntas para próximas conferências internacionais. Foi ainda aí decidida a utilização de €35 M de reservas do 9.º FED para o alívio da dívida dos Estados ACP, sob a Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados, e apreciada a proposta de criação de um Fundo Água para os países ACP.

No âmbito do diálogo regular UE-ACP, foram, ainda, em 2003 realizadas duas sessões da Assembleia Parlamentar Paritária (em Brazzaville e em Roma).

Em Outubro de 2003, a Comissão apresentou uma Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a *“Integração Plena da Cooperação com os países ACP no Orçamento da UE”*, apontando para a extinção do FED enquanto instrumento financeiro autónomo e para a submissão da cooperação UE-ACP aos princípios e modalidades estabelecidas no âmbito do Orçamento da UE. Portugal manifestou uma posição em princípio favorável à manutenção do FED enquanto instrumento autónomo, dado considerar ser essa a melhor forma de assegurar a manutenção da qualidade, do volume e da previsibilidade da cooperação com os países ACP. A Espanha e o Reino Unido também se manifestaram em princípio desfavoráveis quanto à via da orçamentação. Esta proposta continuará a ser discutida em 2004, sendo necessária uma posição unânime dos Estados Membros para a sua aprovação.

Na sequência do golpe de Estado de Setembro de 2003, na República da Guiné-Bissau, a Comissão apresentou ainda, em 17 de Dezembro, uma Comunicação ao Conselho relativa à abertura de consultas com a Guiné-Bissau em aplicação do artigo 96.º do Acordo de Cotonou, com vista a verificar a existência de condições para o relançamento pleno da cooperação nas suas várias vertentes. No âmbito do Conselho e em contactos bilaterais com a Comissão e com os restantes Estados Membros, Portugal tem procurado sensibilizar a Comissão e os parceiros da UE para a necessidade de serem encontrados recursos, disponíveis nos PIN (Programa Indicativo Nacional) dos 8º e 9º FED, para apoiarem os esforços de que o governo da Guiné-Bissau deu mostras nesta fase de transição, até à realização de eleições, marcadas para 28 de Março de 2004.

No quadro dos PIR (Plano Indicativo Regional), foi dada continuidade ao trabalho de articulação entre as entidades portuguesas envolvidas na execução dos três projectos já aprovados, a Assistência Técnica ao PIR-PALOP II e os Serviços da Comissão, inerente à implementação dos mesmos.

O PIR-PALOP II, assinado em 1997, inclui os “Projecto de Apoio aos Sistemas Judiciários” (já em curso), “Projecto de Reforço da Capacidade da Administração Pública” (em fase de arranque) e “Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos dos PALOP” (já em curso), que deverá ter um projecto complementar português.

Foi ainda assegurada a participação nas reuniões entre Ordenadores Nacionais e a Comissão Europeia, cujo objectivo foi analisar a execução do Programa, e identificar eventuais constrangimentos, procurando facilitar a coordenação.

➤ **Cooperação Multilateral**

**Nações Unidas**

Uma das apostas a nível das acções de cooperação multilateral tem sido, sem qualquer dúvida, o acompanhamento do trabalho desenvolvido no âmbito das Nações Unidas, e mais especificamente das actividades do PNUD, FNUAP, UNESCO e UNIDO.

▪ ***PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento***

Visita do administrador do PNUD a Lisboa

Em Junho de 2003 o Administrador do PNUD, Sr. Mark Malloch, visitou o nosso país e manteve contacto com as autoridades Portuguesas. Com vista à preparação da sua vinda, o IPAD recebeu a Sra. Cécile Berthaud, Coordenadora das Relações com o Sul da Europa, em Maio de 2003. Foram igualmente abordadas as questões relacionadas com os recursos regulares do PNUD e a possibilidade de Portugal firmar um novo acordo com este programa das Nações Unidas (Fundos Temáticos).

Contribuição Voluntária

Em 2003 Portugal procedeu ao pagamento da sua contribuição voluntária para o PNUD no valor de \$1.6M, dos quais \$400 mil foram pagos pelo IPAD (o remanescente foi assegurado pelos SAF).

Trust Fund junto do PNUD

Foi autorizada a reposição do Trust Fund português junto do PNUD no montante de \$380 mil, para fazer face aos compromissos assumidos durante o ano de 2002 com os projectos de *Apoio ao Sector da Justiça – Moçambique* – \$125 mil (última tranche); *Apoio ao Parlamento Moçambicano* – \$120 mil (3ª e última tranche); *Desenvolvimento dos Media em Moçambique 1ª tranche – Fase II* – \$100 mil e *Publicação em português do Relatório de Desenvolvimento Humano* – \$35 mil.

Quanto ao ano de 2003 foram financiados os projectos de *Desenvolvimento dos Media em Moçambique 2 e 3ª tranche – Fase II* – \$200 mil e *Publicação em Português do Relatório de Desenvolvimento Humano* – \$35 mil.

Refira-se que decorreu, em Julho de 2003 na Fundação Cidade Lisboa, o lançamento da versão Portuguesa do Relatório de Desenvolvimento Humano, cerimónia na qual esteve presente o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o Presidente do IPAD e o Representante Residente do PNUD no Zimbabwe (Dr. Vítor Ângelo), entre outros.

Programa “Junior Professional Officers”

Foi autorizada a renovação, para o ano de 2003, dos contratos dos dois JPO's portugueses colocados nos escritórios do PNUD, em Angola e Moçambique e, consequentemente, o pagamento dos respectivos encargos no montante de \$249.260,13.

▪ ***FNUAP***

O IPAD assumiu, em 2003, o pagamento de \$15 mil em “complemento” da contribuição dos SAF, de molde a perfazer uma contribuição nacional de \$40 mil. Por forma a evitar a existência de contribuições repartidas, foi superiormente sugerido que, de 2004 em diante, a contribuição Portuguesa para a FNUAP, de \$40 mil, passasse a ser desembolsada apenas pelo IPAD.

▪ **UNESCO**

Durante o ano de 2003 não se procedeu à reposição do Trust Fund junto da UNESCO, muito embora quando do encontro de Sexa MNECP com Director Geral da UNESCO, que teve lugar em Abril de 2003, Portugal tenha anunciado o financiamento de \$100 mil do Trust Fund português para um projecto no âmbito da “Educação para Todos”. Este tem como objectivo principal ajudar os PALOP a elaborar os seus Planos Nacionais de Educação para Todos.

▪ **UNIDO**

Portugal detém na UNIDO um montante de \$1,240.294 que resulta de contribuições do nosso país feitas no passado e de uma verba disponibilizada pelo Instituto para a Cooperação Económica, com vista à abertura de um Centro de Promoção de Investimento em Lisboa que nunca se chegou a concretizar. Consequentemente acresceram juros anuais que possibilitaram chegar ao valor acima apontado.

Durante o ano de 2003 a UNIDO apresentou-nos propostas para a utilização daquele fundo, designadamente o *Projecto de Reforço das Capacidades para a Reabilitação da Indústria Agro-alimentar em Angola*, o *Programa Integrado para o apoio ao Desenvolvimento do Sector Privado em Moçambique*, o *Programa Integrado para o Desenvolvimento do Sector Empresarial em Cabo Verde* e o *Programa de Cooperação Técnica em Timor Leste*. Contudo, o processo de decisão relativo à aplicação dos recursos Portugueses existentes na UNIDO não foi concluído no decurso de 2003.

## **BANCO MUNDIAL**

▪ ***Fundo Global Sida***

Em Julho de 2003 decorreu, em Paris, a Conferência Internacional de Apoio ao Fundo Global contra a SIDA, a Tuberculose e a Malária, cuja organização esteve a cargo da França e dos EUA. O objectivo da Conferência centrou-se numa maior projecção do Fundo Global, de modo a atrair novas contribuições financeiras quer do sector público, quer do sector privado.

Na sequência desta Conferência, Portugal, que até aqui nunca tinha anunciado qualquer contribuição para o Fundo Global SIDA, dirigiu uma carta ao Presidente do Conselho de Administração do Fundo, Sr. Tommy Thompson, anunciando uma contribuição no valor de \$1 M a ser paga em diferentes parcelas. A primeira parcela foi liquidada em Dezembro de 2003 no valor de \$400 mil.

▪ ***Seminário sobre Países de Baixo Rendimento sob Stress***

Decorreu, na Fundação Cidade Lisboa, em Maio de 2003, um seminário subordinado ao tema “Países de Baixo Rendimento sob Stress” – LICUS, cuja organização esteve a cargo do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

A apresentação do tema foi feita pela Dra. Sarah Cliffe que é, actualmente, a coordenadora do Programa do Banco Mundial para os países considerados como LICUS. Foi, até ao verão de 2002, responsável pela representação do Banco Mundial em Díli e tem sido grande dinamizadora do programa de assistência preconizado pelo Banco em Timor Leste.

O objectivo do seminário assentou na análise dos desafios que se colocam quando lidamos com países considerados como LICUS, tendo como ponto de partida a necessidade de se responder em consonância com as condições inerentes a cada país.

Verificou-se uma participação activa de diferentes organismos ligados à cooperação para o desenvolvimento a nível nacional.

▪ **Seminário “Sessões com o Banco Mundial”**

O Banco Mundial organizou, nos dias 14-15 de Outubro de 2003, um Seminário intitulado “*Sessões com o Banco Mundial*”, em colaboração com o Ministério das Finanças e o IPAD.

O primeiro dia do evento foi dedicado muito especialmente à apresentação do *Relatório do Desenvolvimento Mundial 2004*, importante documento de enquadramento político, ele aborda essencialmente as melhores práticas e as falhas na implementação das actividades relacionadas com o desenvolvimento e como caminhar no sentido das Metas de Desenvolvimento do Milénio.

O segundo e último dia do seminário consistiu numa sessão informativa destinada, fundamentalmente, a abordar a questão do papel importante que a Sociedade Civil tem vindo a adquirir no contexto dos programas de cooperação internacional para o desenvolvimento. Estiveram presentes ONGD’s, Fundações e Universidades portuguesas.

## **Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE**

### Reunião de Alto Nível do CAD/OCDE

Realizou-se, nos dias 22 a 23 de Abril 2003 a reunião de alto nível do CAD que, como tem sido hábito, contou com a presença de membros do Governo dos países membros, designadamente de representantes da cooperação e desenvolvimento. A delegação portuguesa foi chefiada pelo Senhor Secretário de Estado da Cooperação.

Os principais temas tratados no decorrer da reunião foram os seguintes:

- **Eficácia da Ajuda.** Verificou-se uma concordância quanto à necessidade de melhorar significativamente a eficácia da ajuda pública ao desenvolvimento, referindo que o aumento necessário do volume de APD deverá ser acompanhado de medidas que garantam o seu bom uso e resultados concretos. Foi, igualmente, salientada a importância dos doadores caminharem no sentido de uma harmonização de procedimentos, com vista à redução dos custos de transacção e melhoria dos próprios processos de ajuda internacional ao desenvolvimento. Neste sentido, foi referida a necessidade de aprofundar as Conclusões de Roma, levando cada Estado membro a adoptar o seu respectivo Plano de Acção nesse domínio.
- **Crescimento Económico e Redução da Pobreza.** A ideia subjacente a este tema de discussão foi a de que o crescimento económico é um factor fundamental à redução da pobreza e não depende exclusivamente da ajuda pública ao desenvolvimento. Foi referido, muito em concreto, o papel fulcral da coerência entre a APD e as políticas comerciais. Para além das iniciativas conducentes ao reforço do sector privado nos países em desenvolvimento foi, igualmente, referida a necessidade de “*capacity building*” nesses países, em particular nas áreas do investimento e comércio, bem como de financiamento e

desenvolvimento de infra-estruturas fundamentais ao desenvolvimento dos países, tais como transportes, energia, água e saneamento, para as quais poderá haver o envolvimento também do sector privado dos doadores e beneficiários.

### Reunião de Altos Funcionários

Na reunião de Altos Funcionários do CAD, que teve lugar nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2003, o IPAD esteve representado por uma vogal do Conselho Directivo.

A relação entre a segurança e o desenvolvimento foi o tema mais debatido, quer do ponto de vista conceptual quer em termos de alterações que deverão ou não ser introduzidas nos critérios de contabilização da APD, por forma a contemplar despesas efectuadas pelos doadores no campo da segurança/defesa. O debate deverá prosseguir na reunião de Alto Nível do CAD de 2004.

Foi ainda aprovado, e remetido à consideração do Conselho da OCDE, a proposta que prevê a criação de um mecanismo de avaliação mútua entre a OCDE e o NEPAD, e que deverá começar a funcionar em 2005.

### No Domínio da Avaliação

O IPAD participou na primeira reunião da Network on Development Evaluation, grupo sucessor do DAC Working Party on Aid Evaluation, na qual se avançou em termos do estabelecimento de um programa de trabalho conjunto para os próximos três anos. Portugal pondera uma participação financeira em favor de actividades a realizar no âmbito deste Programa de Trabalho.

Portugal manteve uma presença activa na reunião “Grupo dos Chefes dos Serviços de Avaliação dos Países da União Europeia” que se debruçou sobre a coordenação entre os vários serviços de Avaliação, e a articulação/monitorização da actividade mantida pelo Departamento de Avaliação do Desenvolvimento da União Europeia.

A reunião teve também como ponto forte a preparação da integração dos países do alargamento nos trabalhos do Grupo.

### ➤ Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento é o ponto focal português para a área da cooperação e, nessa qualidade, participa nas reuniões de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, que se realizam duas vezes por ano.

A cooperação em 2003 foi marcada por uma importante actividade voltada para os domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, consubstanciada num vasto leque de possibilidades no âmbito da concepção, implementação e avaliação de projectos numa perspectiva de multilateralidade e complementaridade a partir de iniciativas concertadas e integradas. Como exemplo de toda esta acção, em 2003, referem-se os seguintes projectos em que Portugal participou:

**Criação de um Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial** – visa promover programas e acções de formação de recursos humanos dos países da CPLP na área da gestão empresarial. Cada Estado Membro deverá financiar este Centro em cerca de \$40 mil/ano. O acordo constitutivo deverá ser assinado em 2004.

**Criação de um Centro de Excelência em Administração Pública** – centro análogo ao anterior mas que visa a formação de recursos humanos da administração

pública dos países da CPLP. Cada Estado Membro deverá financiar este Centro em cerca de \$40 mil/ano. O acordo constitutivo deverá ser assinado em 2004.

**Apoio à reconstrução da Guiné-Bissau:** foram aprovados dois projectos (Formação de Novos Inspectores e Delegados regionais do Trabalho e da Administração Pública e Apoio à Produção de Arroz *Bas-Fond*) e uma acção pontual para a Guiné-Bissau (Reestruturação e revitalização da Faculdade de Direito de Bissau), tendo em conta a difícil conjuntura sócio-económica que aquele país atravessa. O Ponto Focal português assumiu ainda, a nível bilateral, os custos com o transporte do material para acção pontual de apoio à reestruturação da Faculdade de Direito de Bissau, iniciativa enquadrada na cooperação bilateral desenvolvida entre a Faculdade de Direito de Lisboa e aquela Faculdade.

**Estatísticas da Educação:** realizou-se, em 2003, um encontro com o INE-Portugal para o relançamento das bases para a Cooperação Estatística no quadro da CPLP, estando em preparação um CD-ROM sobre esta matéria.

**Cooperação Técnica em Telecomunicações:** o projecto teve início com a realização do I Seminário Internacional de Telecomunicações em Luanda, em Julho 2002. No final de 2003, foi realizado o II Seminário, no Brasil.

**Estudos Lusitanistas na Biblioteca Nacional de Lisboa:** foi realizado um encontro entre a CPLP, Fundação Luso-Brasileira e a Biblioteca Nacional de Lisboa que culminou com a assinatura de um regulamento para a concessão de bolsas de estudo. Foi lançado o concurso e por ocasião da VII Reunião de Pontos Focais da CPLP (Julho 2003) estavam inscritos 4 candidatos – 2 de Moçambique e 2 da Guiné-Bissau – aguardando-se a candidatura dos restantes Estados Membros.

**Projecto HIV-Sida:** em Junho 2003, a CPLP apresentou, este projecto para financiamento ao Fundo Global SIDA das Nações Unidas, que não obteve, todavia, a necessária aprovação. A justificação assenta no facto do Fundo Global ter deixado de aceitar programas elaborados por grupos de países por considerarem ser difícil efectuar o controlo daqueles programas.

No quadro da cooperação empresarial e económica da CPLP, revela-se importante a confirmação da dimensão empresarial como prioridade luso-brasileira. A realização do II Fórum Empresarial da CPLP (Junho 2003) e a criação de um Conselho Empresarial consideram-se passos fundamentais para o amadurecimento desta dimensão, cujo interesse português está bem patente através do envolvimento da ELO.

### ➤ Cimeira Ibero-Americana

Sob Presidência boliviana e com o tema da inclusão social como pano de fundo, realizaram-se em 2003, as três reuniões de responsáveis de cooperação ibero-americanas preparatórias da Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, que contaram com a participação do IPAD, enquanto entidade responsável pela cooperação.

De referir ainda que a contribuição portuguesa relativa a 2003 para a SECIB, no valor de \$32.011,455 (1,4%) foi já liquidada.

De recordar que Portugal ocupa o 5º lugar em termos de contribuições financeiras para a SECIB (1º - Espanha; 2º - Brasil; 3º - México, 4º - Argentina). A Espanha financia em cerca de 80% o orçamento da SECIB, sendo os restantes 20% suportados pelos demais

países membros. Destaca-se ainda como relevante, em 2003, a discussão do Relatório do ex-Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, sobre “O Futuro da Cooperação Ibero-Americana” em que se sintetiza a história, os mecanismos e os trabalhos resultantes das Cimeiras.

### ➤ **Outros Assuntos**

#### **TICAD**

A terceira sessão da Conferência Internacional para o Desenvolvimento Africano decorreu em Set/ Out. de 2003 no Japão. Portugal foi representado pelo ex- Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Lourenço dos Santos.

Uma das principais mensagens que esta sessão do TICAD procurou deixar foi a de que a NEPAD constitui o novo desafio do continente africano, através da qual deverá prosseguir os seus esforços no sentido de obter o seu próprio desenvolvimento.

Dos documentos que foram submetidos no decorrer da reunião destaca-se o seguinte:

- *Histórias de Sucesso e Modelos de Projectos*, para o qual foi solicitado o contributo de todos os intervenientes no processo TICAD, incluindo países africanos e doadores. Portugal apresentou também a sua contribuição, mediante o preenchimento de um conjunto de fichas contendo informação relativa à sua cooperação com os países africanos.

#### **MICROCRÉDITO**

Tal como nos anos anteriores, procedeu-se ao envio do Formulário do Plano de Acção Institucional 2003 para o Secretariado da Cimeira do Microcrédito, no qual o IPAD apontou os montantes envolvidos com actividades relacionadas com programas de desenvolvimento de microcrédito nos países parceiros em desenvolvimento.

#### **IIDEA – Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral**

Durante o ano de 2003, o IPAD procedeu à liquidação dos valores em dívida relativos à quota parte dos SPM de 2001 e 2002, bem como a totalidade da contribuição de 2003, pelo que se procedeu à transferência de \$150.000.

Foi, no ano em causa, igualmente equacionada a possibilidade de denúncia do Acordo por parte de Portugal, face ao pouco envolvimento que o nosso país tem tido no IIDEA, ao previsível aumento da contribuição financeira por parte dos Estados membros e da necessidade de racionalização e concentração das contribuições portuguesas para as organizações internacionais consideradas prioritárias.

## 7. Cooperação Técnica

A acção da cooperação portuguesa utiliza diversos instrumentos, escolhendo-os em função da natureza do projecto e do objectivo visado. Destacamos a assistência técnica, civil e militar prestada, no âmbito dos respectivos Programas Indicativos, aos países de língua portuguesa que conhecem situações mais difíceis de organização das suas administrações seja por funcionários do Estado, seja por jovens quadros, designadamente professores. Destacamos ainda a reforma da política de bolsas e estágios no âmbito do objectivo de reformulação dos mecanismos de programação da Cooperação Portuguesa, e dado constituir tradicionalmente um instrumento de forte visibilidade e impacto nos países parceiros.

### ➤ Bolsas

O IPAD deu uma especial atenção à política de bolsas introduzindo algumas alterações que se afiguravam convenientes, nomeadamente orientando-as cada vez mais no sentido da respectiva atribuição coincidir com as áreas consideradas fundamentais para o cumprimento das metas de desenvolvimento sustentado delineadas pelos respectivos países, tendo sempre em consideração a formação local que se encontra já a ser ministrada e, na maior parte dos casos, já apoiada pela Cooperação Portuguesa.

Assim, e considerando que as normas em aplicação se encontravam há muito desajustadas, pois o existente Regulamento de Bolsas data já de 1995, o IPAD trabalhou no sentido de reformular esse regulamento, tarefa que transitou para 2004 uma vez que a situação dos bolseiros de Timor Leste não permitiu, ainda, uniformizar o tratamento dos bolseiros da Cooperação Portuguesa e vertê-lo num único documento, conforme superiormente determinado

No ano lectivo de 2003/2004, sem descurar a necessária formação a nível de licenciatura, o IPAD procurou privilegiar a atribuição de bolsas de doutoramento, mestrado, e pós-graduação. Para além desta formação académica, e correspondendo às necessidades identificadas pelos países parceiros, continuaram a ser disponibilizadas bolsas de formação profissional, com duração variável.

Paralelamente, reforçou-se o programa de bolsas internas, programa esse que visa permitir a formação no próprio país de origem de estudantes das regiões interiores com fracos recursos financeiros mas que detenham capacidades intelectuais, evitando o desenraizamento precoce dos mesmos e dando-lhes possibilidade de prosseguirem estudos superiores. Este Programa que já se encontrava em execução em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, foi em 2003 alargado a Angola e a Timor Leste.

#### QUADRO 12

##### DISTRIBUIÇÃO BOLSAS POR GRAU ACADÉMICO - 2003

| País           | Secundário | Licenciatura | Mestrados | Doutoramentos | Total |
|----------------|------------|--------------|-----------|---------------|-------|
| Angola         | -          | 18           | 3         | 1             | 22    |
| Cabo Verde     | -          | 20           | 10        | 1             | 31    |
| Guiné-Bissau   | -          | 9            | 6         | 2             | 17    |
| Moçambique     | -          | 17           | 5         | 1             | 23    |
| S. T. Príncipe | -          | 8            | 2         | 1             | 11    |
| <b>Total</b>   | -          | 72           | 26        | 6             | 104   |

Para além dos contingentes de bolseiros dos PEOP abrangidos por legislação específica, existem bolseiros de outros países cuja vinda para Portugal e atribuição de bolsa de estudo se deveu a factores meramente políticos, sendo a estada académica e respectiva bolsa regidas, por extensão e analogia, pelo DC de 18 de Maio.

Encontravam-se nesta situação, no início do ano lectivo 2003/2004, 11 bolseiros palestinianos (licenciatura em medicina), 5 da Guiné Equatorial (a aguardar ingresso no ensino superior) e 1 do Benin (frequenta mestrado).

No âmbito do Programa de Bolsas de formação profissional, a procura/atribuição isolada destas bolsas tem vindo a decrescer, uma vez que se tem caminhado para a inclusão da componente formação profissional em projectos estruturados e estruturantes. Em 2003 foram subsidiados 73 meses de formação de que beneficiaram 16 formandos.

As áreas em que estas bolsas têm vindo a ser utilizadas são, fundamentalmente, a saúde (estágios de médicos), formação no LNEC (decorrente de Protocolos bilaterais entre os laboratórios de cada PALOP e o LNEC) e formação no INE (no domínio das estatísticas, também na sequência de protocolos bilaterais entre instituições homólogas).

Há a salientar a formação na Escola Superior de Polícia que no ano lectivo 2003/04 foi frequentada por 16 cadetes provenientes dos PALOP. O IPAD co-financia esta formação atribuindo a cada formando um subsídio complementar (os custos da formação são da responsabilidade do MAI, tratando-se de formação em regime de internato), tendo o tecto financeiro estipulado para 2003 sido de €40.000.

Neste item também se podem incluir as bolsas de formação na área técnico-militar. Correspondendo esta formação a necessidades bilateralmente negociadas entre homólogos da Defesa de Portugal e dos 5 PALOP, foi superiormente decidida a atribuição anual de verba global para estes encargos. O tecto financeiro estipulado para 2003 foi de €24.000.

No âmbito da Formação na área da diplomacia, em 2003 foi retomada uma formação com alguma tradição na cooperação – formação na área diplomático-consular. A iniciativa teve, contudo, contornos diferentes do que se vinha fazendo por se entender que os resultados das experiências anteriores ficaram aquém do desejado.

Assim, em 2003, a formação destinou-se exclusivamente a quadros da carreira diplomática e realizou-se sob a forma de curso intensivo subordinado ao tema “A diplomacia moderna”; abrangeu 16 diplomatas de 6 países de língua portuguesa – 4 de Angola, 4 de Moçambique, e 2 de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor leste, respectivamente.

O curso teve a duração de um mês tendo sido custeado na íntegra pelo IPAD – viagens, estada (alojamento e alimentação), dinheiro de bolso, manuais, docentes, etc. – com um encargo total de €66.360.

O Instituto coordenou/geriu ainda bolsas oferecidas pelo Luxemburgo a S. Tomé e Príncipe (Acordo Tripartido), pela CE para formação na área da estatística – projecto COMSTAT, e pela CE oferecidas a Angola na área das Pescas (com base em documentos de intenção que remontam a 1993 e que foram reapreciados em Dezembro).

➤ **Cooperantes**

Em 2003, o IPAD, tendo como objectivo a reorientação da política de contratação dos agentes da cooperação, sistematizou a informação disponível de modo a definir um quadro orientador que permitisse uma definição quanto à metodologia a adoptar.

O IPAD continuou, no entanto e ao abrigo da lei vigente, a assegurar a selecção e contratação dos agentes de cooperação. Foi no sector da Educação que se centrou o maior número destes agentes, tendo em colaboração com o Ministério da Educação sido seleccionados e contratados professores para os seguintes projectos:

- **Cabo Verde** : Tendo em vista colmatar a falta de professores cabo-verdianos neste nível de ensino, este apoio foi iniciado no ano lectivo 1999/2000, estando a leccionar, no ano lectivo 2003/2004, 85 professores, distribuídos pelas diversas ilhas do Arquipélago.
- **Guiné-Bissau**: O apoio a este país teve início no ano lectivo de 2000/01 e envolveu a contratação de 11 professores de língua portuguesa.
- **São Tomé e Príncipe**: No caso particular deste país, a vertente formação de professores, no ano lectivo 2003/2004, contemplou a contratação de 12 professores.

No quadro do projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor Leste, foi assegurada a contratação de 117 professores, para leccionar naquele país.

Foram ainda colocados 13 professores na Escola Portuguesa de Díli e outros 3 no Seminário Maior Interdiocesano de S. Pedro e S. Paulo, tendo sido ainda instruído o processo de atribuição de Licença Especial aos professores universitários no quadro do projecto CRUP/Fundação das Universidades Portuguesas.

Não tendo sido ainda posto termo definitivo às contratações individuais de cooperantes com vínculo à administração pública portuguesa, encontram-se, ao abrigo do DL 363/85, de 10 de Setembro, 10 cooperantes nos PALOP a exercer funções nas áreas do Ensino e da Saúde.

Para além dos cooperantes com encargos para a Cooperação Portuguesa, existem ainda outros Técnicos que, sem quaisquer custos, beneficiam do estatuto de cooperante sendo requisitados pela Cooperação Portuguesa para trabalhar em empresas mistas ou privadas ao abrigo de Acordos Bilaterais de Cooperação. Em 2003 encontravam-se 2 Técnicos a exercer funções na Guiné-Bissau e 6 em Moçambique.

No ano de 2003, foram acompanhadas as situações de assistência técnica ao abrigo de outros enquadramentos jurídicos. Assim, deu-se continuidade às assessorias técnicas no âmbito da ajuda à administração pública timorense, nomeadamente nos domínios da Educação, Administração Interna, Turismo, Trabalho e Solidariedade e Finanças.

No quadro do projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor Leste, foi assegurada a contratação de 117 professores, para leccionar naquele país.

Foram ainda colocados 13 professores na Escola Portuguesa de Díli e outros 3 no Seminário Maior Interdiocesano de S. Pedro e S. Paulo, tendo sido ainda instruído o processo de atribuição de Licença Especial aos professores universitários no quadro do projecto CRUP/Fundação das Universidades Portuguesas.

## 8. Ajuda Humanitária e Sociedade Civil

### ➤ Ajuda Humanitária

Uma das tendências que se tem vindo a evidenciar nos últimos anos ao nível da cooperação, é a da grande pressão das solicitações de carácter humanitário de emergência como resposta a sucessivas crises que vêm abalando o sistema internacional, não só em África como noutros continentes.

Tratando-se de intervenções cada vez mais exigentes impõem-se um esforço acrescido de coordenação no plano multilateral, designadamente com as instituições da UE e das Nações Unidas e, no plano nacional, entre os serviços públicos chamados a intervir e as ONGs mais especializadas neste tipo de intervenções.

Em 2003, do orçamento do IPAD, encontrava-se afecto para ajuda humanitária o montante de €2.300.000.

Foram levadas a cabo duas acções a favor de **Angola**, no valor de €301.167, na lógica de continuação de apoio ao reforço do processo de paz. Foi, igualmente, patrocinado o envio de contentores da Fundação *Pro Dignitate* no valor de €9.833.

No âmbito do conflito militar no **Iraque**, foi desembolsado o montante de €500 000 para o apoio às vítimas do conflito e para a reconstrução do país, que se traduziu no apoio aos projectos das ONGD portuguesas a operar no terreno, AMI – Assistência Médica Internacional e MDM – Médicos do Mundo, e na contribuição às Agências das Nações Unidas, PAM e UNICEF, bem como ao CICV.

Na sequência do sismo que assolou a **Argélia**, o IPAD prestou uma assistência medicamentosa através da oferta, às autoridades daquele país, de medicamentos e material médico, no valor de €15.000.

Para a **Guiné-Bissau** foi efectuada uma missão de ajuda humanitária de emergência que se traduziu no envio de um avião com bens considerados prioritários, no valor de €33.607,60.

Para assistência às vítimas do sismo que ocorreu no **Irão**, o IPAD enviou bens de primeira necessidade (medicamentos e cobertores), no valor de €45.196,80.

Foram ainda financiados, no âmbito da ajuda humanitária, 3 projectos da ONGD AMI para Timor, Guiné-Bissau e Angola, no valor total de €96.292.

Por se considerar necessário elaborar um plano de ajuda humanitária de emergência, que permita definir as competências das diversas instituições do Estado com atribuições nesta matéria, procurando otimizar a coordenação das ajudas e a sua eficácia no terreno, o IPAD participou, em 2003, na elaboração de um Plano de Assistência Humanitária a implementar por Portugal em resposta a apelos internacionais e bilaterais nesta área.

No domínio da representação portuguesa nas instâncias europeias, o IPAD assegurou o acompanhamento de todos os assuntos que dizem respeito à Ajuda Humanitária, nomeadamente a Ajuda Humanitária do ECHO, no sentido de definir as prioridades da intervenção humanitária da UE.

➤ **Organizações Não-Governamentais**

As ONGD são, cada vez mais, um parceiro fundamental para o desenvolvimento, o que se tem reflectido no número crescente de projectos apoiados.

O dinamismo e a crescente participação destas organizações, reflecte-se no número de projectos apresentados (111), em 2003, num montante global que excedeu 77% a verba inscrita no orçamento do IPAD para o apoio a ONGD.

Assim, em 2003, verificou-se um reforço do orçamento na ordem dos 60%, que se traduziu no apoio financeiro a 43 projectos, apresentados por 22 ONGD, no valor de 2.793 M€

Em resultado da experiência adquirida no processo de apreciação dos projectos e conforme previsto nos documentos elaborados, as normas em vigor carecem de pequenos ajustamentos. Neste sentido, foram estabelecidos contactos com a Plataforma das ONGD, por forma a definir um quadro de trabalho que venha a permitir a sua reformulação.

Ainda no âmbito de apoio à sociedade civil, foram financiadas acções de outras entidades, que não ONGD, consideradas prioritárias para os objectivos da Cooperação Portuguesa. Neste sentido, foi iniciada a preparação de uma nova definição de enquadramento quanto ao orçamento e entidades elegíveis.

Por outro lado, o acompanhamento dos projectos no terreno constitui um elemento fundamental não só para o conhecimento da realidade em que se desenvolvem, como para uma maior objectividade na sua análise, permitindo de igual modo verificar se a respectiva execução está a decorrer de forma adequada. Neste sentido, iniciou-se a elaboração de um plano de monitorização dos projectos em curso.

No âmbito da Educação para o Desenvolvimento, o IPAD integrou o Grupo GENE – *Global Education Network Europe*, promovido pelo Centro Norte-Sul, do Conselho da Europa, tendo participado na Conferência *Learning for a Global Society*, organizada em parceria com o *Development Education Association*. Nesta área, foi ainda prestado apoio à realização da *Escola de Verão*, promovida pela Plataforma das ONGD Portuguesas, que se realizou em Peniche e teve a participação do IPAD.

Foi mantido o diálogo com a Plataforma Portuguesa das ONGD, no quadro do Protocolo existente, o qual se tem revelado da maior importância na enumeração de medidas a tomar para o bom desempenho da sociedade civil, tais como: Estatuto do Cooperante, Lei de Registo das ONGD, Estatuto do Mecenato, Regras de Projectos de Emergência; Adaptação das Regras de Projectos de Desenvolvimento; e Projectos de Educação para o Desenvolvimento.

No domínio da representação portuguesa nas instâncias europeias, o IPAD assegurou o acompanhamento de todos os assuntos que dizem respeito à sociedade civil:

- Co-financiamento das ONGD, visando a defesa das preocupações e das necessidades das ONGD portuguesas, por forma a facilitar não só o seu acesso a fundos europeus, mas também a reforçar a sua ligação às demais instituições europeias do sector.

➤ **Cooperação Empresarial e Parcerias**

No apoio às actividades económicas, em geral, mantém-se a incidência em acções e programas de desenvolvimento do mercado, quer através de apoios directos à iniciativa privada, quer a agentes económicos do sector público, quer ainda mediante acções de apoio institucional viradas para a criação de ambientes propícios à promoção do investimento, e ao desenvolvimento de parcerias, designadamente com o sector privado português.

Assim, os objectivos que presidem à cooperação no âmbito do comércio assentam, igualmente, no reforço das capacidades humanas e institucionais dos países em desenvolvimento, na manutenção de um equilíbrio geográfico, tendo presente que a prioridade é dada aos PMA, em particular aos países africanos e às economias com baixos rendimentos, de forma a que aqueles países consigam dotar-se das instituições necessárias e a prestar formação aos recursos humanos existentes.

As necessidades em matéria de assistência técnica relacionadas com a Agenda do Desenvolvimento de Doha exigem que as várias organizações internacionais, particularmente vocacionadas nesta vertente, como a OMC, o BM, o FMI, a OCDE, a ONU e as suas agências especializadas, assim como um grupo de doadores regionais e bilaterais, actuem em estreita colaboração e de forma complementar.

As iniciativas a encetar, em termos gerais, devem abranger acções de formação que incidam sobre as políticas comerciais e seus elementos fundamentais, o sistema comercial multilateral, as regras que regem o comércio internacional, o funcionamento da OMC, a eficácia das técnicas de negociação, a assistência na implementação dos compromissos assumidos no sistema comercial multilateral e o adequado recurso ao Mecanismo de Resolução de Litígios da OMC.

Em termos mais específicos, e na sequência da 4ª Conferência Ministerial da OMC, julga-se da maior relevância o fortalecimento da assistência técnica focalizada nos designados novos temas do comércio internacional (Comércio e Investimento, Concorrência, Transparência nos Mercados Públicos e Facilitação do Comércio), ou em áreas como o Comércio e Ambiente.

As iniciativas de cooperação inserem-se, assim, na estratégia definida na Conferência Mundial da OMC. Estas iniciativas são direccionadas para a capacitação institucional técnica e humana dos organismos homólogos dos países receptores da APD, em particular nos PMA, PALOP e Timor Leste .

Mais recentemente tem-se colocado particular enfoque nos designados novos temas do comércio internacional, propondo-se apoiar os países destinatários da ajuda nas negociações em curso na OMC, visando o enquadramento multilateral para as diferentes áreas.

A actividade de cooperação baseia-se em planos anuais definidos e negociados com as entidades parceiras que respondem a objectivos concretos e predeterminados que garantem, à partida, uma parte da sua eficácia e desenvolvem-se fundamentalmente, em duas vertentes: Formação e Assistência Técnica

Mais recentemente, no quadro da cooperação com Timor-Leste, foram desenvolvidas actividades de formulação de estratégias de desenvolvimento sectorial, abrangendo o turismo, a energia, a geologia e minas, visando estimular o investimento e a cooperação empresarial. Foi ainda prestada assistência técnica às autoridades timorenses, através de

um estudo visando a definição do posicionamento de Timor-Leste no contexto económico internacional.

Será de referir que os projectos e relatórios sobre as actividades dos países doadores nesta área, podem ser consultados numa Base de Dados conjunta do CAD/OCDE e da OMC, chamada "Doha Development Agenda Database", com a morada [www.tcbdb.wto.org](http://www.tcbdb.wto.org). Portugal participa desde início deste projecto conjunto, no fornecimento de informação para esta Base de Dados.

Em 2003, o Investimento Directo de Portugal no Estrangeiro (IDE) nos países em desenvolvimento centrou-se no continente africano, tendo sido a Nigéria o país que mais absorveu IDE, €1.022.687 milhares. Relativamente aos PALOP, o interesse dos empresários portugueses manteve-se, sobretudo, em Angola (€2 milhões) e Moçambique (€9 milhões).

**QUADRO 13**

**INVESTIMENTO DIRECTO DE PORTUGAL NOS PALOP EM 2003**

|                    | Milhares de € |
|--------------------|---------------|
| Angola             | 41.653        |
| Cabo Verde         | 10.104        |
| Moçambique         | 29.381        |
| S. Tomé e Príncipe | 1.861         |
| <b>TOTAL</b>       | <b>82,999</b> |

Para a concessão de apoios, atendeu-se às prioridades gerais estabelecidas pelo governo português em relação aos países beneficiários da ajuda e às dos governos locais. A intervenção assentou em dois instrumentos de apoio: os Incentivos ao Investimento e as Bonificações.

**QUADRO 14 – INCENTIVOS E BONIFICAÇÕES - 2003**

|  |                   |
|--|-------------------|
| <b>Incentivos e Bonificações</b>                                 | <b>211.172,85</b> |
| <b>Incentivos</b>  | <b>88.805,63</b>  |
| <b>Incentivos Angola</b>   | <b>34.017,55</b>  |
| - Est.viabilidade Projecto agro-pecuário do Caquengue            | 20.012,57         |
| - Formação Profissional para trabalhadores da Fazenda Chivemba   | 14.004,98         |
| <b>Incentivos Moçambique</b>                                     | <b>21.914,06</b>  |
| - Estudo do sector agro-alimentar de Moçambique                  | 21.914,06         |
| <b>Incentivos Outros Países</b>                                  | <b>32.874,02</b>  |
| - Aproveitamento central hidroeléctrica de El Borj. (MARROCOS)   | 32.874,02         |
| <b>Bonificações</b>  | <b>122.367,22</b> |
| <b>Bonificações Cabo Verde</b>                                   | <b>69.028,52</b>  |
| - Recuperação/Remodelação do Hotel Praia Mar na Ilha de Santiago | 69.028,52         |
| <b>Bonificações Moçambique</b>                                   | <b>29.147,46</b>  |
| - Aquis.equip.un.industrial transformaç.mat.plásticas embalagens | 29.147,46         |
| <b>Bonificações Outros Países</b>                                | <b>24.191,24</b>  |
| - Inst Empresa de import/distrib prod alim grand consumo Brasil  | 24.191,24         |

➤ **Informação e Sensibilização da Opinião Pública**

Reconhecendo a necessidade e importância crescente de se dispor e poder disponibilizar uma informação cada vez mais completa e transparente sobre as actividades da Cooperação Portuguesa, o IPAD realizou, no âmbito do reforço da visibilidade da Cooperação Portuguesa, um esforço para produzir e manter um *website* mais atractivo, moderno e agilizado que transmitisse com clareza e eficácia a actual realidade. A sua constante actualização, com todas as matérias relevantes para a Cooperação e um *design* gráfico mais moderno, foi tarefa levada a cabo durante o ano de 2003.

O *site* foi colocado *on line* no final do Verão de 2003 e, desde então, tem funcionado com o apoio técnico e criativo do Centro de Informática e sob a coordenação geral e de conteúdos do Serviço de Comunicação e Imagem, a quem compete a triagem e adaptação de textos e/ou informação provenientes dos serviços, recebidos do exterior ou produzidos pelo próprio Serviço de Comunicação e Imagem, tendo sido, ainda, constituída uma equipa de “*focal points*” designados por cada um dos serviços do IPAD como interlocutores privilegiados do *site* para questões relacionadas com a sua manutenção e actualização.

Ainda neste domínio, é de referir o Centro de Documentação e Informação do IPAD, o qual promove a difusão de material de informação na área da ajuda pública ao desenvolvimento através da aquisição, tratamento e difusão de informação relacionada com a cooperação, nomeadamente, periódicos, monografias e legislação. É um centro aberto ao público, possibilitando o acesso a documentação importante para o estudo da cooperação portuguesa.

Tem também prestado apoio na aquisição de fundos bibliográficos para apetrechamento de centros e bibliotecas nos PALOP e Timor, para além de colaborar na realização das Feiras do Livro Português.

Esta difusão é feita, tanto interna como externamente, através da distribuição das publicações do IPAD – Revista do IPAD; PIC’s - entre outras, consideradas de interesse na área, esta distribuição é feita para as Embaixadas, Consulados, Missões Permanentes, MNE, Instituto Camões e seus Centros Culturais, ONGD’s, etc.

O CDI junto da sociedade civil, é promovido através de Folhetos Informativos, distribuídos por Bibliotecas, Universidades, Centros de Documentação, etc. Realiza também acções de divulgação da Cooperação Portuguesa, tendo sido responsável por uma exposição de fotografias sobre projectos de cooperação apresentada em Tóquio por ocasião do TICAD III, no início de Outubro de 2003.

Para além disso, tem coordenado o apoio à edição de obras relevantes para a cooperação portuguesa ou para a história comum com os PEOP. Finalmente, o CDI concebeu e preparou a apresentação de um Portal da Cooperação Portuguesa.

## 9. Eficiência, Eficácia e Resultados da Ajuda

### ➤ Coordenação da Ajuda

O facto da política portuguesa de cooperação para o desenvolvimento se encontrar inserida num contexto internacional cada vez mais preocupado em assegurar uma efectiva coordenação, global e sectorial, entre as diversas intervenções bilaterais e multilaterais e uma responsabilização maior dos próprios países em desenvolvimento, tornou essencial assegurar uma interligação substancialmente acrescida entre a cooperação bilateral e a multilateral, por forma a permitir uma melhor integração dos projectos nas estratégias globais, aumentando a complementaridade das intervenções e, consequentemente, a sua eficácia.

Um esforço neste sentido tem sido levado a cabo a nível dos serviços centrais do IPAD, reconhecendo-se que este deverá, igualmente, ser prosseguido no terreno, através de funções continuadas de acompanhamento dos projectos e programas de cooperação, bem como da participação na coordenação global ou sectorial dos diferentes doadores, melhorando, assim, a sua eficácia.

No contexto nacional, através de contactos regulares e de uma política de diálogo, procurou-se sensibilizar os diversos intervenientes na área da cooperação para as vantagens de ser assegurada uma coordenação efectiva entre todos os sectores.

Considerando que a observância do compromisso assumido por Portugal de incrementar o seu contributo financeiro para a ajuda pública ao desenvolvimento de modo a atingir o limiar de 0,33% do RNB em 2006, implicaria um esforço financeiro do Estado Português que se afigura particularmente relevante, apelando ao uso de mecanismos eficientes de programação e gestão dos recursos financeiros públicos postos à disposição da política de cooperação pelo Orçamento de Estado, o IPAD, no quadro de competências do seu mandato, exerceu com maior ênfase a função de entidade Coordenadora do Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa no Estrangeiro (P5), o qual foi um passo importante na criação de um instrumento capaz de permitir responder eficazmente não apenas à necessária mobilização financeira adicional, mas também um apertado controle (por parte do MNE) da sua execução, evitando a possibilidade de desvio de dotações para outros fins que não os da Ajuda ao Desenvolvimento.

Sendo, nos moldes actuais, um programa que é construído a partir da iniciativa de cada organismo público em colocar nele os projectos e as acções de cooperação, a sua utilização eficaz para o reforço da Cooperação para o Desenvolvimento está fortemente dependente da capacidade que o IPAD demonstrar em articular com os restantes parceiros institucionais nacionais as linhas orientadoras de acção, as prioridades e as intervenções necessárias ao reforço da cooperação e em fazer valer o seu papel de coordenador de toda a Cooperação Portuguesa.

Neste contexto e para este fim, reconheceu-se o papel chave que a Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC) desempenhará enquanto *fórum* de concertação e de afirmação da coordenação pelo MNE/IPAD, tendo-se levado a cabo 3 reuniões desta Comissão durante o ano. A primeira destas reuniões, que teve lugar em Janeiro, teve como objectivo central a apresentação da nova estrutura da Cooperação Portuguesa, resultante da fusão do ICP e da APAD e a consequente criação do IPAD. As restantes duas reuniões tiveram como objectivos a discussão e apreciação das propostas de PIC's para Angola, Timor Leste e Moçambique.

No que respeita à actualização permanente da informação sobre os países ou as áreas geográficas de concentração, procurou-se desenvolver um esforço concertado entre os diversos Serviços do IPAD no sentido da Coordenação respeitante às áreas geográficas se manter criteriosamente informada e actualizada sobre os países beneficiários sobretudo relativamente à sua situação política, económica e social, encaminhando sempre todo esse tipo de informação para a Base de Dados por forma a que toda a Instituição, e eventualmente terceiros, a ela possam ter acesso.

Neste âmbito merece referência a realização de uma Reunião de Coordenação com os responsáveis locais pelos Serviços de Cooperação junto das Embaixadas de Portugal nos Países de Expressão Oficial Portuguesa (PEOP), promovida pelo IPAD, e que decorreu em Lisboa, em Setembro. Houve, então, oportunidade para abundante troca de informações, sugestões e esclarecimentos, visando uma melhor articulação, maior circulação de informação, maior eficácia no acompanhamento dos projectos e acções no terreno e maior visibilidade da Cooperação Portuguesa.

### ➤ **Coerência das Políticas**

A introdução de medidas que visem tornar mais coerente a política dos países doadores relativamente aos países em desenvolvimento torna-se cada vez mais necessária.

Ao nível bilateral, a coerência é procurada através dos mecanismos de coordenação da competência do IPAD e da actividade da CIC (Comissão Interministerial para a Cooperação), bem como através da participação do IPAD, a título de convidado especial, na CIAC (Comissão Inter-ministerial para os Assuntos Comunitários), e em reuniões regulares de coordenação dentro do MNE.

O objectivo de se alcançar uma maior coerência entre as outras políticas que afectam os países em desenvolvimento e a política de cooperação para o desenvolvimento enfrenta, contudo, dificuldades de concretização prática. Isto porque não dispondo, a política de desenvolvimento, de um estatuto hierárquico preponderante relativamente a outras políticas, quer a nível interno quer a nível comunitário, e havendo objectivos contraditórios entre as diversas políticas para os quais se têm de encontrar soluções de compromisso, o resultado nem sempre é favorável aos países em desenvolvimento. O papel dos responsáveis pela cooperação (quer a nível interno quer a nível comunitário) tem sido assim o de procurar sensibilizar os responsáveis por outros domínios políticos para os efeitos destas políticas sobre os países em desenvolvimento.

### ➤ **Desligamento da Ajuda**

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento portuguesa é constituída sobretudo por acções de alívio da dívida e de cooperação técnica, pelo que a ajuda relacionada com o financiamento de projectos e programas tem envolvido até ao momento um número reduzido de acções e de montante pouco significativo.

A ajuda ligada tem correspondido essencialmente ao financiamento de pequenos projectos e ao apoio a programas de importação de bens de consumo ou de equipamento. Em 2003, os compromissos com novos financiamentos de ajuda ligada não ultrapassaram 0,7 M\$. A identificação das acções a financiar através deste tipo de ajuda é decidida caso a caso, tendo em consideração as características do projecto e as vantagens competitivas dos fornecedores nacionais.

Num futuro próximo, está prevista a utilização de formas de apoio que contemplem a concessão de créditos de ajuda ligada a projectos de maior dimensão, no quadro das regras da OCDE reguladoras deste tipo de financiamentos (Disciplina de Helsínquia). Numa primeira fase, os principais beneficiários deste tipo de ajuda deverão ser países do Norte de África.

Por forma a garantir a competitividade na ajuda ligada e parcialmente desligada, em termos de qualidade e preço dos bens e serviços a fornecer, a adjudicação dos respectivos contratos é normalmente precedida de um concurso limitado a fornecedores nacionais e do país beneficiário ou da consulta a mais de um fornecedor, consoante a especificidade do projecto e o montante envolvido. De salientar que a possibilidade de concessão de ajuda ligada não implicará, principalmente nos projectos de maior dimensão, a inexistência de concurso internacional.

No que diz respeito à ajuda desligada, a adjudicação dos contratos é normalmente precedida de concurso público internacional, sempre que o montante o justifique.

### ➤ **Harmonização**

Portugal tem vindo a acompanhar no seio do CAD os assuntos relativos à Harmonização de procedimentos de modo a reduzir os custos de transação e tornar o desembolso e entrega da APD mais flexíveis, tendo participado durante 2002 nos trabalhos da *Task Force on Donor Practices*, os quais culminaram na elaboração do documento *Harmonising Donor Practices for Effective Aid Delivery – Good Practice Papers: a DAC Reference Document*, apresentado no Fórum de Alto Nível de Roma de Fevereiro de 2003.

Na sequência deste Fórum, no qual Portugal esteve presente, foi integrada neste Documento a Declaração de Roma sobre Harmonização, na qual os participantes, incluindo Portugal, se comprometeram a disseminar e implementar progressivamente as Boas Práticas. Na sua declaração, Portugal informou da sua participação nos esforços conjuntos em prol da harmonização, e o seu compromisso de implementar os processos de harmonização de procedimentos e coordenação de políticas, de acordo com as Boas Práticas. Neste contexto, pese embora a complexidade deste trabalho e a escassez de recursos disponíveis, Portugal prosseguiu os esforços nesta área.

Assim, ao longo de 2003, Portugal foi acompanhando os trabalhos da *Task Team on Harmonisation and Alignment of Donor Practices* do novo Grupo de Trabalho sobre a Eficácia da Ajuda e Práticas dos Doadores, tendo-se revestido de grande utilidade a partilha de informação resultante desta participação, dado permitir delinear estratégias comuns, tendo em conta as experiências dos membros do CAD.

Foi definido um Plano Interno de Acção para arrancar com este assunto com vista à discussão e disseminação das Boas Práticas adoptadas pelo CAD, e tendo como objectivo final a elaboração de um Plano Nacional de Acção para a Harmonização. No âmbito deste trabalho, em 2003, procedeu-se à tradução, para português, da Declaração de Roma e foi preparado um documento de base que explicita, de forma sucinta, o que contém os seis Documentos de Boas Práticas adoptados nesta matéria pelo CAD.

### ➤ **Avaliação**

A **avaliação** é uma componente fundamental da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, na medida em que, para além de ser um instrumento essencial de aprendizagem e

incorporação cumulativa de ensinamentos para a programação de futuras intervenções, permite mostrar, sectorialmente ou por país, resultados e efeitos cuja ampla difusão confere transparência à forma como os fundos públicos são aplicados, aumentando o conhecimento e a experiência sobre a Ajuda, bem como as suas possibilidades e limitações como instrumento de desenvolvimento e mudança económica e social.

Foi, assim, no decurso de 2003, efectuada a Avaliação da Cooperação Portugal - Cabo Verde no domínio do Ensino Superior, sendo realizado o *workshop* final entre todos os *stakeholders* envolvidos nesta avaliação para discutir os resultados preliminares da mesma. Posteriormente o produto do *workshop* foi integrado no relatório final da avaliação.

O IPAD promoveu a divulgação do relatório e das suas conclusões e recomendações, internamente, junto de todos os *stakeholders*, e também junto dos departamentos do Estado mais envolvidos na matéria objecto da avaliação.

Igualmente com o objectivo de divulgar o relatório e os seus ensinamentos, os sumários executivos desta avaliação - tanto em Português como em Inglês - encontram-se disponíveis no site do IPAD.

Foi, igualmente, iniciada em 2003 a avaliação do Protocolo de Colaboração com o ISCTE. Esta avaliação encontra-se em fase de discussão dos Termos de Referência entre o IPAD e o ISCTE. Prevê-se para o primeiro semestre de 2004 o início da sua realização.